

LEITURAS



Dois anos a Ferver
FERVE
Edições Afrontamento

“Há cerca de dois anos, surgiu, no Porto, o FERVE – Fartas/os d’Estes Recibos Verdes. Tínhamos como objectivo denunciar situações de uso abusivo de recibos verdes e promover um espaço de debate acerca desta realidade laboral. Designámos este fenómeno como ‘falsos recibos verdes’; um fenómeno que atinge 900 mil pessoas em Portugal, ou seja, quase 1/5 dos/as trabalhadores/as em Portugal.

Ao longo destes dois anos, temos colaborado na visibilidade, denúncia e dinamização de diversas lutas, cuja persistência tem trazido para a praça pública a discussão sobre esta condição laboral.

Assinalamos dois anos de existência constatando que a expressão ‘falsos recibos verdes’ está ganha mas a sua existência persiste. Assinalamos dois anos num momento em que a precariedade alastra no mercado laboral português. Assinalamos dois anos quando Portugal regista a mais alta taxa de desemprego dos últimos anos. Optámos, assim, por assinalar estes dois anos de luta com a edição de um livro onde se cruzam testemunhos de vidas precárias, reflexões de activistas contra a precariedade, intervenções de investigadores/as, jornalistas e sindicalistas.

“2 anos a FERVER: retratos da luta, balanço da precariedade” é o título deste livro de 130 páginas, editado pela Afrontamento, que conta com dez testemunhos de trabalhadores/as a recibos verdes, ilustrados por Catarina Falcão, Chico, Gémeo Luís, Isabel Lhano, João Alves, Luís Silva, Paulo Anciães Monteiro, Rui Vitório dos Santos.

O livro “2 anos a FERVER: retratos da luta, balanço da precariedade”, conta também com as contribuições de:

- Carvalho da Silva: Secretário Geral da CGTP-IP
- Henrique Borges: Sindicato dos Professores do Norte e membro da CGTP
- Elísio Estanque: Sociólogo – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
- Castro Caldas: Economista – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
- Sofia Cruz: Socióloga – Faculdade de Letras, Universidade do Porto
- Ana Maria Duarte: Socióloga – Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho
- São José Almeida: jornalista do Público
- Sandra Monteiro: jornalista do Monde Diplomatique
- Alexandra Figueira: jornalista
- Regina Guimarães: escritora
- Valter Hugo Mãe: escritor
- Tiago Gillot: Precários Inflexíveis
- José Soeiro: Sociólogo e activista do MayDay
- Luísa Moreira: activista do MayDay
- Luís Silva: activista do MayDay”

in <http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.com>

BLOGS



<http://protestografico.wordpress.com/o-autor/>
Blogue de um Professor que usa a Imagem para protestar.



<http://attacportugal.blogspot.com/>
Blogue da Attac Portugal Com notícias actualizadas e links para as ligações internacionais.



<http://fliscorno.blogspot.com/>
Blogue sempre actual, sobre sociedade e política que nunca esquece a temática dos professores. Visual e tecnicamente muito bom.

Falar Claro

Nada mais inútil e talvez mais perigoso do que criar frases bonitas e bem sonantes sem procurar “operacionalizá-las”, isto é, sem analisar o seu conteúdo, as suas consequências, a sua aplicação. Sob pena de, apesar de usarmos as mesmas palavras, estarmos, de facto, a dizer coisas diferentes. Arrisco-me a tentar “dilucidar” algumas expressões correntes no léxico sindical.

1. “É preciso que a paz regresse às escolas”. Ou seja, é necessário criar as condições para que os professores cooperem nas suas tarefas pedagógicas, é necessário que as tarefas pedagógicas sejam o centro das preocupações dos docentes; é preciso que a escola seja o lugar onde se trabalha com gosto e não de onde se foge o mais depressa possível para a aposentação ou para outras funções (nomeadamente no próprio Ministério da Educação). É necessário resolver as feridas do processo reivindicativo, nomeadamente determinando que todos os docentes têm direito à avaliação, independentemente de terem ou não entregue os objectivos individuais e encontrar soluções eticamente defensáveis para que a graduação profissional para concurso não seja subvertida por classificações atribuídas por critérios aleatórios quando não aberrantes.

2. É necessário um novo modelo de avaliação de desempenho. É de certo modo um corolário da questão anterior. À competição entre os professores para ver quem consegue entrar nas vagas do muito bom e do excelente ou quem fica mais bem visto pelo director há que contrapor que a qualidade da escola depende do “todo” que ela é e não das piruetas individuais de cada docente. O modelo de avaliação não deve ter como objectivo “seriar” mas sim ajudar a melhorar o trabalho pedagógico. Deve reconhecer e premiar o mérito desde que sejam claros e transparentes os critérios usados para a distinção. Não pode esquecer que a tarefa essencial do professor é a que ele desempenha na sala de aula e no modo como potencia as aprendizagens dos seus alunos.

3. Não à divisão da carreira! Ou seja, independentemente dos critérios – que deverão ser bem definidos e sustentados – para a atribuição de graus de responsabilidade na organização da escola, não há professores de primeira e professores de segunda. Até porque o modo como uns passaram a titulares e outros não foi profundamente injusto e faz com que, em muitíssimos casos, os “não titulares” se recusem, justificadamente, a aceitar a capacidade dos titulares para as tarefas que desempenham, nomeadamente as da avaliação de desempenho dos professores.

4 Uma escola pública de qualidade para todos. Ou seja, o facto de a escola pública ser para todos não justifica qualquer grau de menor exigência. Só assim fará sentido o prolongamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano de escolaridade. Os alunos da escola pública têm direito ao sucesso real e não a um simulacro de sucesso.

5. Democratizar a gestão das escolas e agrupamentos. A figura do director é associada a práticas autoritárias, tanto mais que ele nomeia o Conselho Pedagógico, os coordenadores de departamento, etc... Há que tomar medidas que reponham a democraticidade na gestão.

Conseguirá Isabel Alçada atingir estes objectivos, que, na sua formulação genérica, são aceites por todos? (talvez o da gestão seja o menos consensual...) A tarefa dos professores e educadores é exigir-lhe que o faça. E se assim for os professores colaborarão, através dos seus sindicatos, no encontrar das medidas necessárias. Em nome do interesse público e da democracia. ■

Neste número:

2 Sugestões

4 Contactos

5 Dossier

Revisão dos Estatutos do SPGL

15 Cidadania

A gestão pelo *stress*

16 Reportagem

Escola Secundária Camões comemora os 100 anos

20 Escola/Professores

20. O Programa do Governo para a Educação

22. O Programa do Governo para o Superior

23. Revisão das regras de actualização das Pensões

Almada tem nova Delegação

24. Ensino Particular e Cooperativo: Horários e CCT

25. Financiamento do Ensino Superior

28. Resolução do Conselho Nacional da FENPROF

29. Primeira reunião com a nova equipa ministerial

30 Internacional

Prisões na Turquia

CSI indispensável na resposta à crise

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Progressão na Carreira do Pessoal Docente com a Categoria de Professor



Primeira reunião entre a FENPROF e o ME

A revisão do ECD vem à cabeça das prioridades apresentadas pela FENPROF na primeira reunião com a nova equipa ministerial, dia 10 de Novembro. O fim da divisão da carreira e a suspensão e substituição do modelo de avaliação são objectivos centrais, reafirmados nesta reunião.

PÁGINA 29

Concurso de BD

A "Escola Informação" vai realizar um concurso de banda desenhada visando renovar e dar continuidade à ocupação regular deste mesmo espaço da revista, com uma intervenção bem-humorada e crítica sobre temas e problemas relacionados com a educação e o funcionamento do nosso sistema educativo.

Os trabalhos apresentados devem subordinar-se a este tema genérico.

O prazo limite para a entrega dos trabalhos é 15 de Dezembro.

Ao autor do trabalho vencedor será proporcionado um contrato anual de colaboração com a revista (10 números), nos termos definidos no regulamento do concurso.

Para mais informações consulte este regulamento na nossa página na internet: <http://www.spgl.pt>

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº233 NOVEMBRO 2009

■ Revisão dos Estatutos do SPGL e saída ou permanência da Confederação de Quadros

No próximo dia 10 de Dezembro, os sócios do SPGL vão pronunciar-se sobre as propostas de Revisão dos Estatutos e sobre a saída ou permanência do sindicato na Confederação de Quadros.

Este dossier apresenta, de forma igualitária, as várias propostas em causa. Que podem ser consultadas, na íntegra, no site do SPGL.■

AS RAZÕES PARA ESCOLHER A PROPOSTA A PARA OS ESTATUTOS DO SPGL

A revisão dos estatutos do nosso sindicato é um compromisso que assumimos quando nos candidatámos à direcção do SPGL. Porque fomos eleitos, estamos a cumpri-lo, como estamos a cumprir, de resto, outros compromissos assumidos. Porque sabemos que esta matéria é pouco motivadora para a maioria dos sócios, e também porque não quisemos que este processo de nenhuma maneira prejudicasse a acção de discussão e de reivindicação em torno das causas essenciais para os professores e para a escola, optámos por aproveitar um tempo que se sabia de alguma “espera”, de algum vazio - o tempo correspondente às eleições legislativas e à posse de um novo governo. Por isso, organizámos o processo de modo a que a apresentação de propostas decorresse nos primeiros dias de Novembro deste primeiro ano de mandato. A votação decorrerá no próximo dia 10 de Dezembro. Até lá, o tempo de conhecer as diferentes propostas e de reflexão em nada colidirá com a acção reivindicativa que vier a ser necessária.

A proposta de revisão de estatutos que a Direcção apresenta - a **PROPOSTA A** - é orientada pelos seguintes princípios: simplificar e aligeirar a estrutura da direcção, facilitar a apresentação de candidaturas a todos os órgãos do sindicato, aumentar a representação das diferentes sensibilidades sindicais no Conselho Geral, clarificar as competências dos diversos órgãos do sindicato, adaptar algumas normas às exigências do novo Código de Trabalho e à

nova legislação sobre a actividade sindical.

Nesse sentido,

- Reduzimos para dois os níveis de direcção, eliminando a eleição para as direcções de zona. Mantemos a distinção entre direcção central e direcções regionais, procurando acentuar por um lado a consistência na definição das grandes linhas político-sindicalis prosseguidas pelo SPGL e por outro manter e melhorar a ligação “ao terreno”, isto é, às escolas e aos agrupamentos.

- Suprimimos uma série de artigos que regulamentavam em excesso o funcionamento das direcções regionais, parte deles de resto raramente aplicados, deixando às direcções regionais uma maior liberdade para escolherem a organização que melhor corresponda à sua área de intervenção sindical.

- Propomos uma redução no número mínimo de candidatos necessários para concorrer à direcção e a todos os seus órgãos. Ao mesmo tempo, determinamos um máximo de elementos para esses mesmos órgãos, de modo a que nenhuma lista possa sentir-se demasiado limitada. Assim, propomos que a direcção central tenha um mínimo de 50 e um máximo de 80 membros. Propomos que cada direcção regional tenha um mínimo de 15 elementos e um máximo que varia proporcionalmente ao número de sócios de cada região.

Propomos uma menor exigência quanto ao número de sectores de ensino necessários para apresentar listas, de modo a superar as di-

ficuldades na indicação de candidatos de sectores mais pequenos. Ainda com o intuito de simplificar as candidaturas, propomos a redução substancial do número de proponentes necessários quando as listas concorrem apenas a alguns órgãos.

Mantemos uma estrutura organizacional específica para o Ensino Superior, reconhecendo a sua especificidade na nossa estrutura sindical.

Alargamos o número de eleitos directamente para o Conselho Geral para 32 elementos. A direcção continua apostada em envolver na vida do SPGL todos os grupos sindicalmente activos, quando não ganham as eleições. Espaço de análise, de “vigilância crítica” sobre o trabalho da direcção, o Conselho Geral, na nossa proposta, vê aumentados os seus poderes.

Reafirmamos a Assembleia Geral de Sócios como o órgão máximo do SPGL, mantendo nela as decisões políticas e sindicais de fundo, mas libertando-a de uma série de competências meramente técnicas, transferidas precisamente para o Conselho Geral.

Mantemos as competências da Assembleia Geral de Delegados, admitindo a seu funcionamento descentralizado sempre que for julgado conveniente.

Sentimos também a necessidade de que os estatutos concorressem para moralizar alguns comportamentos eivados de oportunismo, nomeadamente a existência de sócios que se sindicalizam quando precisam de apoio jurídico e se dessindicalizam logo a seguir,

voltando a sindicalizar-se quando voltam a precisar... Ou os que se sindicalizam um mês antes das eleições e se dessindicalizam logo a seguir, ficando à espera de novas eleições. São poucos casos, mas são comportamentos incompatíveis com a ética solidária de um sindicato.

Reconhecemos que a nossa proposta - a PROPOSTA A - não é uma nova “matriz” estatutária,

mas sim uma acentuada melhoria dos actuais estatutos, que fazem do SPGL um exemplo de democracia no movimento sindical. É esta democracia que queremos melhorar ainda.

Estamos convictos de que os estatutos que propomos garantem a solidez das direcções eleitas, indispensável para uma intervenção eficaz, ao mesmo tempo que

permitem e estimulam a intervenção crítica e construtiva de todos os sócios, quer individualmente, quer organizados.

Apelamos pois a que, tal como nos deu a confiança nas eleições de Maio passado, nos dê o seu voto na nossa proposta de estatutos.

Vota PROPOSTA A

A Direcção do SPGL

A PROPOSTA A - é orientada pelos seguintes princípios: simplificar e aligeirar a estrutura da direcção, facilitar a apresentação de candidaturas a todos os órgãos do sindicato, aumentar a representação das diferentes sensibilidades sindicais no Conselho Geral, clarificar as competências dos diversos órgãos do sindicato, adaptar algumas normas às exigências do novo Código de Trabalho e à nova legislação sobre a actividade sindical.

Vota PROPOSTA A

O SPGL deve sair da Confederação de Quadros

Há que reconhecer que a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos Científicos não desenvolve actividade, sob qualquer forma, especialmente relevante que justifique a participação, designadamente a nível financeiro, do SPGL. O montante disponibilizado pelo Sindicato aproxima-se das duas dezenas de milhares de euros por ano.

Se este é um argumento que faz o consenso para que o SPGL não se mantenha na Confederação importa contudo ir mais além na análise e correcção da posição de saída desta Confederação.

E coloca algumas interrogações atendendo a que a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos pareceria ser à partida uma organização correspondendo a uma necessidade de representatividade e de realização de um importante sector de trabalhadores: os quadros técnicos e científicos.

Contudo interroguemo-nos:

A generalidade dos professores, dos sócios do SPGL sabe o que é, o que faz, o que pretendia fazer esta Confederação? O que fez a Confederação para se “afirmar” junto dos professores?

Para além dos professores, os quadros propriamente ditos (genericamente engenheiros, médicos...) conhecem-na, são associados, consideram-na representativa dos seus interesses?

A resposta negativa a estas questões implica a conclusão da falta de representatividade, do que, na melhor das hipóteses, foi uma tentativa frustrada de trazer os quadros à participação na vida associativa e social, como o movimento sindical as entende.

De facto, a existência da Confederação de Quadros pode ter uma leitura mais negativa – como sendo uma via incorrecta, “paralela” a algumas organizações com alguma representatividade e que não seguem a orientação do

movimento sindical.

Nestas circunstâncias **sair da Confederação de Quadros é acabar com um equívoco, com posicionamento sindical incorrecto e que devemos recusar:** o de que é correcto ou sequer possível desenvolver actividade sindical sem a participação dos interessados, e que em sectores débeis nessa intervenção é possível superar essa debilidade criando organizações vazias, não representativas e pagas pelo movimento sindical em nome de uma falsa solidariedade. Sair da Confederação Portuguesa de Quadros é assim recusarmo-nos de participar numa organização que não tem interesse para os professores nem para o SPGL. **Apelamos aos professores sócios do SPGL que votem pela saída da Confederação Portuguesa de Quadros.**

A Direcção do SPGL



SPGL - UM SINDICATO DE PROFESSORES FORTEMENTE LIGADO ÀS ESCOLAS

O SPGL aprovou os Estatutos actualmente em vigor em 2006.

Nas eleições que decorreram há poucos meses a revisão dos Estatutos surgiu como tema de campanha, em função da necessidade de adequação dos Estatutos à nova legislação laboral, entretanto aprovada pelo governo.

O mandato dos actuais corpos gerentes do SPGL terminará apenas em 2011 pelo que a **revisão dos estatutos**, apesar de constar de todos os programas eleitorais, **não devia constituir prioridade para uma direcção focada nos problemas reais dos professores e das escolas.**

Ao contrário da argumentação aduzida pela direcção, o momento em que se está a realizar a discussão estatutária não é um interregno na luta dos professores, mas sim um momento crítico em que é necessária a maior mobilização dos professores, nas escolas, para garantir a vitória das nossas reivindicações e de uma luta prolongada de quase cinco anos, contra a desqualificação dos professores e da escola pública.

Num momento em que o SPGL tem que estar junto dos professores, apoiando-os na resistência contra a ADD que ainda está em vigor e mobilizando energias para combater um ECD que continua a consagrar a divisão da carreira, os dirigentes do SPGL focam as suas atenções numa revisão estatutária que, embora necessária, não é urgente.

Forçados por uma agenda que nos foi imposta, à revelia dos reais interesses dos professores e da defesa da escola pública, os Professores Unidos apelam a todos os sócios do SPGL que apoiem a proposta de revisão que apresentamos e que está identificada como **Proposta B**. Fazemos esse apelo com base num conjunto de pressupostos que assentam numa ideia chave:

DEVOLVER O SPGL AOS PROFESSORES E AOS NÚCLEOS SINDICAIS.

• Uma forte presença do SPGL nas escolas é uma necessidade sentida por todos os professores, porque é importante informar e mobilizar. A **reanimação dos Núcleos Sindicais**, e a **valorização do papel dos Delegados Sindicais**, constitui a forma correcta de reaproximar o SPGL das escolas e impedir que a propaganda negativa do governo mine a confiança dos professores, tornando-os

presas fáceis de políticas de proletarização da classe e desvalorização da função docente.

• O **SPGL**, para voltar a ser um **sindicato de professores** e não um sindicato de dirigentes, precisa de se reformular numa **estrutura matricial**, ao invés da manutenção de uma estrutura hierárquica que com o passar dos anos se tem transformado numa pirâmide invertida, com mais dirigentes do que delegados sindicais.

• **DEVOLVER A COLEGIALIDADE À DIRECÇÃO**, invertendo a tendência centralista de presidencialização do SPGL, é outro dos princípios que defendemos na **Proposta B**. A colegialidade tem que começar pela **devolução dos poderes às Assembleias de Delegados e às Assembleias de Sócios**. A orientação política da vida sindical tem que ser discutida pelos sócios, através do debate nos Núcleos Sindicais de Base. Para isso propomos que sejam os Núcleos Sindicais que se organizem em Zonas Sindicais, que articularão a sua actividade com a respectiva Direcção Regional. Esse tem que ser o processo de génese da decisão, da base para o topo e não da actual forma burocrática hierarquizada.

SPGL SOLIDÁRIO COM OS PROFESSORES APOSENTADOS E DESEMPREGADOS

• Numa altura em que a precariedade e o acesso à profissão têm aumentado de forma significativa, a **Proposta B** aponta para a **constituição de Departamentos de Desempregados e de Aposentados**, reforçando a defesa dos direitos sindicais destes colegas. Relativamente aos **Desempregados** a solução que propomos visa facilitar a sua inserção na vida sindical, **isentando-os do pagamento de quotas**.

• Pretendemos também valorizar a participação do sector do **Ensino Superior**, considerando que é necessário reformular a sua organização sindical e atribuindo-lhe um **estatuto de equivalência às Direcções Regionais**, na estrutura dos órgãos dirigentes do SPGL.

• Os Professores Unidos valorizam a participação directa dos professores na vida do seu sindicato e para isso consideram que se devem evitar, sempre que possível, formas de representação indirecta. Nessa perspectiva a **Proposta B** defende a **devolução dos poderes de fiscalização dos actos da direcção às Assem-**

bleias de Delegados e às Assembleias de Sócios, propondo a extinção do Conselho Geral. Sabendo-se que esse foi um órgão criado para dar expressão oficial àquilo que eufemisticamente se chamam “tendências”, mas na verdade corresponde a visões partidárias da intervenção sindical, os Professores Unidos propõem que a manifestação das “tendências” seja assegurada através de **espaços livres de opinião no Escola Informação e no sítio institucional do SPGL, na Internet.** A manifestação do direito de tendência tem que ser assegurado a nível individual, pode organizar-se exteriormente aos órgãos dirigentes, mas não pode retirar direitos sindicais aos órgãos que garantem a participação de todos os sócios na vida sindical, como é o caso das Assembleias de Sócios e de Delegados.

• Como forma de valorização da participação directa dos sócios a **Proposta B** considera fundamental que, em todos os processos de votação no SPGL, seja consagrado o **voto presencial como o método de expressão da vontade dos sócios**, procurando que outras metodologias de voto, nomeadamente por correspondência, ou por voto electrónico, sejam excepções claramente regulamentadas e escrutinadas.

• Porque a evolução dos problemas educativos e das condições do exercício da profissão tem, nos nossos dias, uma modificação permanente e cada vez mais rápida, a **realização de Congressos do SPGL** é uma necessidade que identificamos. Esse tem que ser um espaço de reflexão, informação e partilha entre todos os professores, mas também um espaço de reafirmação do SPGL como um **sindicato solidário e firmemente unido aos restantes trabalhadores**, quer através da **CGTP**, quer da **Frente Comum**, quer ainda da **Confederação de Quadros**, de que o SPGL é sócio fundador.

• É em nome dessa solidariedade e tendo plena consciência de que o SPGL é o sindicato que representa não só o maior número de quadros, como os quadros com mais elevadas qualificações académicas entre todos os sindicatos do país, que os Professores Unidos apelam também a que no dia 10 de Dezembro votes na Proposta B e votes também pela permanência do SPGL na Confederação de Quadros.

SIM A UM SINDICATO MAIS FORTE, COMBATIVO E SOLIDÁRIO
SIM A UM SINDICATO MAIS PRESENTE NAS ESCOLAS
SIM À PERMANÊNCIA NA CONFEDERAÇÃO DE QUADROS

Dia 10 de Dezembro:

vota 

NÃO À SAÍDA DO SPGL DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE QUADROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

A Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos constituiu-se em 1988, na sequência do Encontro Nacional de Quadros, realizado a 9 de Janeiro, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, sob o lema “Os Quadros, a modernização e o desenvolvimento da sociedade portuguesa” e em que participaram mais de quatro centenas e meia de Quadros Técnicos e Científicos (Engenheiros, Professores, Economistas, Juristas e Magistrados, Médicos, Investigadores, Informáticos e outros).

O Encontro concluiu que “as organizações de Quadros ou representando Quadros actualmente existentes esgotaram-se ou podem vir a esgotar-se em sucessivas intervenções desenquadradas de perspectivas globais de defesa dos Quadros: os problemas avolumam-se, Quadros até há algum tempo activos afastam-se e os jovens tendem a alhear-se e não sentem atracção pela intervenção empenhada na resolução dos seus problemas”. Esta é uma afirmação que ainda hoje é actual: há tendências que procuram fragmentar por sectores a intervenção dos Quadros procurando impedir uma acção global e solidária de todos os Quadros em defesa dos seus interesses e direitos e pelo desenvolvimento sustentável de Portugal, no quadro de um mundo mais globalizado e injusto para aqueles que exercem a sua actividade por conta de outrem.

O SPGL É UM DOS SINDICATOS FUNDADORES DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE QUADROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS (CPQTC)

Ainda em 1988, a Assembleia Geral de Sócios, com a participação da maioria dos sócios do SPGL, decidiu a sua integração na CPQTC, juntando-se a outros Sindicatos representativos de Quadros.

Os sócios do SPGL decidiram por esmagadora maioria a filiação por questões de solidariedade com os outros Quadros e porque entenderam que era absolutamente necessária uma estrutura que desse voz aos problemas dos Quadros e que respondesse à sua fraca organização nos sindicatos verticais e a algum isolacionismo nas organizações horizontais. Os docentes sentiram

que tudo tinham a ganhar na conquista e manutenção dos seus direitos a uma carreira valorizada ao estar numa estrutura que assumisse com clareza a valorização e dignificação dos Quadros técnicos e científicos portugueses (Engenheiros, Arquitectos, Juristas, Magistrados, Economistas, Médicos, Investigadores, etc.).

EM NOVEMBRO DE 2002, OS SÓCIOS DO SPGL REAFIRMARAM A SUA VONTADE DE PERMANÊNCIA DO SPGL NA CPQTC

Em Novembro de 2002, os sócios do SPGL voltaram a pronunciar-se sobre a permanência ou não do SPGL na Confederação de Quadros e a resposta continuou a ser pela sua permanência nessa organização, reconhecendo a necessidade de estarem com os outros Quadros.

Cada vez mais os Quadros e os docentes portugueses são afectados pelo desemprego, o subemprego, a precariedade de trabalho, a degradação dos salários e das carreiras profissionais, a degradação dos direitos sociais (aposentação, saúde, educação, segurança social, etc.), a flexibilização do horário de trabalho em detrimento do lazer e da vida familiar, a flexibilização do local de trabalho, o exercício de funções que não correspondem ao conteúdo funcional da respectiva categoria, o desrespeito pela deontologia e ética profissionais.

OS PROFESSORES CONTINUAM SOLIDÁRIOS COM OS OUTROS QUADROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

A solidariedade entre os Quadros e entre estes e os restantes trabalhadores é condição essencial para o reforço da garantia de êxito na luta pelos seus interesses individuais e colectivos.

Vir nesta altura questionar as formas existentes de **unidade e solidariedade dos Quadros vem fragilizar ainda mais as suas organizações e a sua intervenção na sociedade portuguesa** em prol dos seus interesses e direitos e por um desenvolvimento sustentável do país, assente na valorização do trabalho, nomeadamente o trabalho qualificado, e a produção nacional de bens e serviços, principalmente aqueles com

maior valor acrescentado recorrendo à inovação e incorporação de Ciência & Tecnologia.

Pretender que o SPGL abandone a CPQTC é um grande serviço que está a ser prestado ao poder político e patronal e não aos Docentes e Quadros portugueses.

Por tudo isso os sócios do SPGL têm que dizer novamente SIM à permanência na Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos.

**NO DIA 10 DE DEZEMBRO,
DÁ MAIS FORÇA À SOLIDARIEDADE
ENTRE OS QUADROS TÉCNICOS E À SUA
ACÇÃO REIVINDICATIVA**

**VOTA A FAVOR DA PERMANÊNCIA
DO SPGL NA CONFEDERAÇÃO
PORTUGUESA DE QUADROS
TÉCNICOS E CIENTÍFICOS**

Sócios subscritores:

Manuel Pinto André - sócio n.º 11591 (Esc. Sec. Pedro Alexandrino); Francisco Santos - sócio n.º 32628 (EB 2/3 J. Cardoso Pires); Rosa Vaz (EB 1/JI Quinta dos Franceses); Ágata Pereira (EB 1 Vinteira n.º 1); Alice Grazina (EB1 Álvaro Guerra); Ana Silveiro Araújo (EB 2 3 Nuno Gonçalves), António Costa (Inst. Sup. Técnico); Augusto Figueiredo (EB1 Abrigada); Florinda Amaral (Esc. Sec. Rainha Dona Amélia); Irene Sá Ramalho (desempregada); Isabel Tavares (C. Sagrada Família); João Guincho (EB 1 Ferrel n.º 1); João Coutinho Duarte (Aposentado - Esc. Náutica); Jorge Alves (Fac. Belas Artes); José António Coelho (Esc. Sec. Marquês de Pombal); José Grachinha (EB 1/JI Quinta da Condessa); José Fontan (Esc. Sec. Prof. Herculano de Carvalho); José Manuel Vargas (aposentado - Esc. Sec. Padre Alberto Neto); José Manuel Godinho (Esc. Sec. Cacilhas Tejo); Luís Filipe Carvalho (EB 2 João de Deus); Manuel Gusmão (Aposentado - Fac. Letras de Lisboa); Conceição Cuco (Esc. Sec. Pedro Alexandrino); Maria Isabel Barbosa (J.I. A-dos-Bispos); Paula Goretti Moura (Seg. Social, Sintra); Paulo Jorge Gonçalves (Esc. Sec. Ramada); Ricardo Miguel (Ext. Coop. Benedita); Rita Magrinho (aposentada - Esc. Sec. Passos Manuel); Rui Capão (Esc. Sec. Luís de Freitas Branco); Rogério Mota (Esc. Sec. D. Dinis)

Autonomia Sindical/ Devolver o Poder aos Professores

No próximo dia 10 de Dezembro, os sócios do SPGL irão escolher quais os Estatutos que pretendem para o nosso Sindicato.

Escolha que, à primeira vista, se afigurará difícil – há quatro propostas em confronto, e a matéria estatutária é complexa.

O que poderá levar muitos sócios a alhearem-se da votação.

Isso, porém, é algo que, neste momento, não poderá acontecer.

Porque o que está em jogo é algo de fundamental: a opção entre um Sindicalismo Democrático, em que o Poder pertença **realmente** aos Professores – ou um “Sindicalismo” burocrático, no qual alguns dirigentes (“sempre os mesmos”) continuarão a decidir aquilo que, na sua opinião, “convém” à maioria dos Professores - estribados nuns Estatutos que os tornarão praticamente inamovíveis, suceda o que suceder.

E tem sido precisamente a acentuação no SPGL deste último modelo de Sindicalismo que, cada vez mais, vem suscitando as críticas e o desagrado entre os Professores. Situação que (finalmente!) levou a que, nas últimas eleições realizadas no SPGL, **todas** as listas concorrentes assumissem o compromisso de promoverem uma revisão estatutária.

Revisão que **deveria**, obviamente, tornar o SPGL mais Democrático e, logo, mais forte.

Porém, o simples facto de a actual Direcção ter decidido concretizar o seu compromisso, avançando para um processo de revisão es-

tatutária, **não assegura** uma **mudança real** do modelo vigente.

E basta referir que, embora facilite a apresentação de candidaturas aos Órgãos não executivos do Sindicato, a **Proposta A**, da Direcção, reforça extraordinariamente os seus próprios poderes, ao mesmo tempo que restringe direitos dos sócios, consagrados desde a fundação do SPGL.

Restrição de direitos ainda maior no caso dos sócios aposentados ou desempregados – os quais, por exemplo, passam a depender da “boa vontade” da Direcção para estarem representados em Congresso.

Sim, porque a Direcção Central, na Proposta dela mesma, passaria a regulamentar **TUDO**, retirando poderes à Assembleia Geral de Sócios, à Assembleia Geral de Delegados, ao Conselho Fiscal – e controlando a Comissão Eleitoral (!).

Quanto à **Proposta B**, limita-se a suprimir as Direcções de Zona (no que coincide com as restantes Propostas) e o Conselho Geral. Quanto ao resto, fica tudo na mesma.

E é por que não pode ficar tudo na mesma, ou pior, que decidimos apresentar a Proposta C (“Autonomia Sindical/Devolver o Poder aos Professores”).

Proposta que reflecte os Princípios que há muito defendemos:

. **Alterando de modo** substancial e **dinâmico** a estrutura do nosso Sindicato;

. Garantindo os direitos de **todos** os sócios;

. Garantindo a real **independência** do SPGL;

. Promovendo a mudança para um **Sindicalismo Autónomo, Democrático, Combativo.**

O único Sindicalismo que pode enfrentar, **com êxito**, os combates que, sem dúvida, nos esperam.

Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos (sócio nº 21 053)

António Luís Melo Santos (sócio nº 14 719)

Daniel Casanovas González (sócio nº 32863)

Fernando António de Seixas Antão (sócio nº 4779)

Florival José Dias dos Reis (sócio nº 50526)

Francisco Monteiro Rocha (sócio nº 60682)

João António Canedo de Carvalho (sócio nº 42516)

Jorge Calheiros Brito (sócio nº 29875)

Jorge Manuel Correia Seabra (sócio nº 33228)

José Alberto Peres Alves (sócio nº 51134)

Leonor Garcia Vasco (sócia nº 45200)

Maria Antonieta Costa Amaral (sócia nº 3099)

Maria Elisa Ventura Freire Gameiro (sócia nº 273)

Maria de Lourdes dos Santos Gomes (sócia nº 31728)

Paulo Ambrósio Paulo (sócio nº 55 177)

Dia 10 de Dezembro,

Vota na Mudança - Vota C

Para Devolver o Poder aos Professores

Síntese da Proposta C

1 – Defender e reforçar a democraticidade do SPGL

- Assegurando que os Regulamentos de Congressos, Conferências, etc, sejam debatidos e aprovados democraticamente.
- Garantindo que, por ocasião de Congressos (do SPGL ou da FENPROF), todos os sócios tenham conhecimento antecipado dos locais, datas e horas de eleição de delegados.
- Garantindo o efectivo exercício da Liberdade de Expressão nos órgãos da imprensa sindical, através de um Conselho Editorial eleito pelo Conselho Geral.
- Assegurando que **nenhum** sócio verá os seus direitos sindicais reduzidos (como a Proposta A pretende fazer, especialmente em relação aos Aposentados e Desempregados).
- Mantendo todos os poderes da Assembleia Geral e da Assembleia de Delegados.
- Assegurando a realização periódica do Congresso.

2 – Assegurar a independência e a transparência de funcionamento do SPGL

- Garantindo a independência do SPGL - nenhum dirigente do SPGL poderá acumular essas funções com cargos políticos ou partidários.
- Garantindo a divulgação antecipada de todas as Moções apresentadas à Assembleia Geral ou à Assembleia de Delegados.
- Garantindo a divulgação, no “Escola Informação” e na Internet, das deliberações da Assembleia Geral, da Assembleia de Delegados, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal.
- Reforçando os Poderes do Conselho Fiscal do SPGL.
- Garantindo a independência da Comissão Eleitoral.

3 – Libertar a iniciativa dos sócios do SPGL

- Permitindo Candidaturas independentes a **todos** os Órgãos do Sindicato.
- Facilitando **realmente** as condições para a constituição e apresentação de Listas.

4 – Reforçar a eficácia e a operacionalidade do SPGL

- Garantindo a manutenção de todas as suas competências às Direcções Regionais e às Direcções de Área Académica.
- Criando um Departamento de Professores Contratados e Desempregados.
- Criando, finalmente, um **Fundo de Greve, a sério**.

Posição sobre a permanência do SPGL na CPQTC

O SPGL é membro fundador da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CPQTC)

A criação desta organização sindical poderia ter constituído um pólo aglutinador de sindicatos representativos dos quadros técnicos e científicos portugueses. Os quais, na sua generalidade, não se reviam na orientação político-sindical das duas grandes centrais sindicais (CGTP e UGT).

Infelizmente, cedo se verificou que a CPQTC não só não fazia qualquer esforço para atrair para o seu seio a generalidade dos sindicatos **realmente representativos** dos quadros técnicos e científicos como, pela sua orientação, levou

à saída do Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul.

Em consequência, a CPQTC é, neste momento, uma organização que agrupa diversos sindicatos que, na sua generalidade, quase não têm quadros técnicos e científicos entre os seus associados. Estando o SPGL e o SPN entre as raras excepções a esta situação. Significativamente, **nenhum** dos restantes 5 sindicatos da FENPROF pertenceu, em momento algum, à CPQTC.

Aliás, espantosamente, durante os últimos três anos de intensa luta dos Professores, a CPQTC limitou-se a publicar **um único** comunicado sobre essa luta – na sua página da internet.

Isto, apesar do dispêndio anual pelo SPGL da quantia de 18 000 euros, valor da quota que o nosso Sindicato paga à CPQTC.

A esta situação há a juntar a letargia (quase cataléptica) da CPQTC, cuja actividade se limita à produção de um relatório anual sobre a situação profissional dos Quadros e, muito raramente, à realização de uma ou outra Conferência sobre o tema.

Perante estes **factos**, consideramos totalmente inútil a permanência do nosso Sindicato na CPQTC, pelo que propomos a todos os sócios que votem pela **SAÍDA** do SPGL da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CPQTC).

Por um sindicalismo democrático e combativo para resistir aos “encantos” da nova ministra Isabel Alçada

As propostas designadas pela letra D correspondem a um conjunto de preocupações dos professores agrupados no Movimento 3Rs e que, em ocasiões anteriores - nomeadamente na eleição para os corpos gerentes do SPGL de Maio deste ano, onde se candidataram ao Conselho Geral (CG) - se têm apresentado aos professores com propostas alternativas às listas A e B, as quais dirigem maioritariamente, uma ou outra, as estruturas de direcção do SPGL e dos outros sindicatos da FENPROF. Estamos convencidos que os professores continuam a precisar de um sindicalismo democrático e combativo para enfrentarem a nova face de Sócrates, personificada no diálogo e ‘encantos’ da nova ministra Isabel Alçada: pretendem fazer-nos esquecer os objectivos das nossas grandes mobilizações contra MLR, a levar-nos a dar o dito por não dito. Enfim, manter a divisão da classe, o controlo economicista, a precariedade para milhares de colegas e a sobrecarga dos ritmos de trabalho e turmas extensas, uma gestão autocrática baseada em Directores, etc.

No nosso programa de candidatura ao CG, dizemos:

“É nossa convicção de que a extraordinária e histórica combatividade demonstrada pela classe docente em 2008 (e ainda este ano) não desenvolveu as suas potencialidades de vitória sobre as políticas governamentais por responsabilidade dos principais dirigentes sindicais, quer do SPGL, quer da FENPROF (...), representadas nestas eleições pelas Listas A e B, respectivamente. Ao desafio de desenvolver e reforçar aquela combatividade (...) aqueles responsáveis responderam com o defensismo habitual (...) semeando a dispersão, o “arrefecimento” da luta, o recuo, a habitual “mesa de negociações” que várias vezes ressuscitou a ministra Lurdes Rodrigues. A assinatura do Acordo-Entendimento (...) é um exemplo, infelizmente entre vários, não só daquela rotina e imposição do recuo da luta, como

das várias oportunidades desperdiçadas, apesar das potencialidades da própria unidade das direcções sindicais.(...) Infelizmente assistimos a que cada vez mais são os poucos colegas que estão na direcção sindical a decidirem sozinhos sobre as acções, a condução dos processos reivindicativos, as decisões nas negociações com o ministério, etc.”

Os actuais Estatutos do SPGL não estimulam um funcionamento democrático e participativo dos professores, visto que:

1. Dificultam as correntes alternativas à actual direcção de contribuir positivamente para a condução dos processos reivindicativos: restringem o conceito de “correntes de opinião”, impedem a sua representação na maioria dos órgãos dirigentes, o que poderia ser feito através da eleição por método proporcional (ou método de Hondt) em todos os órgãos – “privilégio” que

actualmente só é concedido ao Conselho Fiscal e Conselho Geral – e são omissos no que diz respeito ao acesso das correntes de opinião à imprensa sindical.

2. Não estimulam a organização sindical de base, elemento central da participação dos professores na vida sindical e nos processos reivindicativos. Actualmente os dirigentes, em particular os de Zona/Área Académica (AA) - estruturas mais próximas das escolas - não são responsabilizados pela eleição dos delegados sindicais (são estes que organizam o processo, e mesmo assim não obrigatoriamente); esta eleição ou reeleição não é precedida de um verdadeiro processo democrático dentro das escolas, o que conduz a que, em muitas delas, ou não exista verdadeira renovação dos delegados (transformando-se estes em mais um elemento de burocratização) ou nem sequer se consiga eleger delegado sindical; a direcção de Zona/

AA não inclui os delegados sindicais como parte da estrutura de direcção, ao passo que membros das Direcções central e regional têm lugar garantido nela. Por último: embora estejam previstas Assembleias deliberativas em todos os restantes níveis de organização do SPGL (central e regional), não existe, a nível da Zona/AA, qualquer forma de organização do tipo Plenário ou Assembleia onde os professores possam reunir e tomar decisões.

3. Permitem a perpetuação dos dirigentes nos cargos, ao não estabelecer qualquer limite à sua reeleição (podem ser eleitos *“por uma ou mais vezes”*, ver art.º 50º)! O programa 3Rs defende, *“que os mandatos dos colegas dirigentes sindicais a tempo inteiro (...) não devem ultrapassar 2 mandatos seguidos, pois, por muito boas intenções que tenham, é natural que, após vários anos nas direcções sindicais a tempo inteiro, comecem a afastar-se da realidade que se vive no dia-a-dia nas salas de aulas”*.

4. Permitem que a Direcção tome decisões sem uma verdadeira e ampla consulta aos sócios. Apesar de os Estatutos actuais afirmarem que a Direcção só pode assinar convenções, acordos e outros instrumentos de negociação colectiva *“após consultar (...) os sócios”*, tais meios de consulta são feitos *“pelos meios que (a Direcção) julgar convenientes”* (ver art.º 81º), transformando quase sempre as consultas em referendos sem referendos sem propostas alternativas.

5. São totalmente omisso no que diz respeito à existência dum Fundo de Greve.

Assim, as nossas propostas de revisão orientam-se de acordo com 5 eixos:

Eixo 1: Limitação dos mandatos dos dirigentes: Porque consideramos que o mandato dos dirigentes não pode ser ilimitado, pois isso não favorece o conhecimento real dos problemas da classe e o contacto regular com os professores, propomos:

1 - a limitação do mandato dos dirigentes a um máximo de 2 mandatos (6 anos).

Eixo 2: Direito à liberdade de corrente de opinião dentro do SPGL, à sua expressão pública e à sua representação proporcional em todos os órgãos de direcção:

Porque consideramos que os sindicatos são organismos de frente única, não monolíticos, onde necessariamente se confrontam opiniões diferentes mas também é possível chegar a consenso tendo em conta os interesses da classe, e só esses, propomos:

1 - o alargamento do conceito de corrente de opinião, acompanhado da formulação das regras que devem prevalecer ao reconhecimento de cada corrente;
2 - o direito das correntes de opinião à livre e regular expressão na imprensa do Sindicato;
3 - a aplicação do método de representação proporcional das listas/ correntes candidatas (método de Hondt) a todos os órgãos de Direcção, desde as direcções de Zona/Área Académica (AA) à Direcção Central.

Eixo 3: Reforço da Organização sindical de base: Porque consideramos que só a participação democrática da base permite o envolvimento da classe na acção reivindicativa e na vida sindical em geral, propomos:

1 - a eleição de delegados sindicais em cada escola assumida obrigatoriamente pelos delegados sindicais cessantes ou, na sua falta, pela Direcção de Zona/AA;
2 - a regulamentação mínima de um processo de candidatura a delegado sindical;

3 - que os delegados sindicais sejam parte integrante das Direcções de Zona/ AA, e que os membros da Direcção Central e Regional de escolas da Zona/ AA deixem de aí ter lugar;

4 - introdução de uma competência da Direcção de Zona até agora inexistente: a convocação de Plenários de Zona/AA com competências deliberativas.

Eixo 4: Sufrágio amplo das propostas da Direcção: Porque consideramos que os dirigentes sindicais devem cumprir o mandato dos associados e responder unicamente perante eles, propomos:

2 - a regulamentação clara do período de consulta aos sócios de qualquer proposta da Direcção que implique a assinatura de acordos e outros instrumentos de negociação colectiva, consulta essa que não pode ser feita *“pelos meios que a Direcção julgar convenientes”* (actual art. 81º alínea j)), mas sim através dum processo amplo de discussão e decisão, num período nunca inferior a 20 dias, com divulgação atempada de todas as propostas e publicação dos resultados da consulta.

Eixo 5: Criação de um Fundo de Greve: Porque consideramos que a existência de um Fundo de Greve é um instrumento essencial para a prossecução de greves prolongadas, que poderão ser necessárias, dado o impasse na satisfação das nossas reivindicações e a já pública afirmação de Sócrates II/ Isabel Alçada de que não mudarão o essencial das políticas definidas por Sócrates I / MLR.

Dinamizadores:

Ana Paula Amaral, sócia nº 27565

José Eduardo Henriques, sócio nº 34683

Adolfo Oliveira Torres, sócio nº 66859

Amílcar Fernando Calvino, sócio nº 66863

André Pestana, sócio nº 71781

Aurora Cristina Lima, sócia nº 58439

Belmira Correia Duarte, sócia nº 36630

Gil de Oliveira Garcia, sócio nº 61123

A Assembleia Geral de sócios e o voto por correspondência

Dia 10
de Dezembro de 2009

VOTA

- Revisão dos Estatutos do SPGL
- Decisão sobre a saída(ou permanência) do SPGL na Confederação de Quadros

Atenção: - Cada sócio recebe em casa uma credencial. Pode votar por correspondência ou nas mesas (veja www.spgl.pt a partir do dia 24)



Dia 10 de Dezembro COMO VOTAR

Pode votar:

- por correspondência,
- presencialmente
- condicionalmente.

Por correspondência:

Foi enviada para todos os sócios uma carta contendo uma credencial, um boletim de voto para os estatutos, um boletim de voto para a saída ou permanência na Confederação de Quadros, um envelope branco e um RSF. Para votar, deve dobrar cada um dos boletins, metê-los no envelope branco que deve ser fechado e não deve conter qualquer indicação no exterior. Introduza esse envelope e a credencial no envelope RSF e meta no correio (não precisa de selo). Até dia 10, mas é mais seguro enviar antes. Só serão válidos os votos recebidos até 15 de Dezembro!

Presencialmente (no dia 10)

Na Sede e Delegações do SPGL e ainda nas mesas que vierem a ser constituídas e que serão divulgadas no sítio do SPGL na Internet a partir de 24 de Novembro.

Atenção: **tem de apresentar a credencial.**

Condicionalmente (no dia 10)

Nos locais atrás indicados se tiver perdido ou não tiver recebido a credencial.

Como é sabido, no próximo dia 10 de Dezembro os sócios vão pronunciar-se sobre as propostas de Revisão dos Estatutos e sobre as posições acerca da saída ou permanência do nosso sindicato na Confederação de Quadros.

Não é a primeira vez que o fazem e o processo desenrola-se de forma semelhante aos anteriores, excepto num aspecto: a possibilidade aberta a todos de votar por correspondência, dada a opção no sentido de reduzir, significativamente, o número de mesas de voto.

Que razões estiveram na base dessa opção?

Todos se terão certamente apercebido da dificuldade crescente, de processo eleitoral para processo eleitoral, em assegurar os meios humanos necessários ao funcionamento das 331 mesas de voto previstas. Em primeiro lugar porque, ao contrário do que a propaganda antidocente apregoa, os professores sempre foram relutantes em faltar às suas aulas. Em segundo lugar, apesar da lei conferir o direito a faltar, quer para votar, quer para integrar uma mesa de voto, as dificuldades que se levantam nas escolas ao exercício desse direito são cada vez maiores, assim como os receios e incertezas dos professores no que diz respeito a eventuais consequências que daí derivem.

Assim, a prática alargada do voto por correspondência virá dar resposta estas questões, adaptando o processo às novas realidades, sem no entanto inviabilizar o voto presencial.

A metodologia de votação pode ser consultada no site do SPGL, mas todos os sócios receberão em suas casas uma folha com instruções detalhadas sobre os procedimentos, no verso da qual se encontra a credencial que é peça-chave desta modalidade de votação e que confere validade ao voto.

Dado o seu papel fundamental na validação do voto, foram tomadas medidas no sentido de impedir utilizações ou reproduções fraudulentas da credencial: ela é impressa em papel timbrado, é-lhe apostado o selo branco e, nas votações presenciais, é guardada pela mesa de voto.

Tratando-se embora de uma forma diferente da habitual de exercer o direito de voto, apela-se a todos os sócios no sentido de aderirem e mobilizarem outros colegas para este tipo de votação, por forma a que haja a participação desejável nas importantes decisões a tomar na Assembleia Geral de Sócios de 10 de Dezembro.

A gestão pelo *stress*

O novo recurso do capitalismo

Joaquim Jorge Veiguinha

Corinne Maier, num livro significativamente intitulado *Bom dia, preguiça*, publicado, em 2004, em Paris, pelas edições Michalon, traça este quadro elucidativo das relações laborais no capitalismo actual: “Numa altura em que a sociedade em geral já não tem bem a certeza de para onde vai, pede-se ao assalariado para se «projectar no futuro de forma positiva» (...) hoje, porém, é cada um de nós que é objecto de troca, destinado a ser colocado e a ser deslocado ao sabor das necessidades da empresa. Porque para uma companhia, o ser humano, endurecido pela experiência, entorpecido pela aprendizagem, desgastado pela rotina e sobrecarregado pela influência da cultura e do ambiente é um peso morto. Como a massa humana é pesada! Constitui um bloqueio ao cenário de mobilidade generalizada que nos procuram impor” (Maier, Corinne, *Bom dia, preguiça*, Pergaminho, Cascais, pp.51-52).

A autora é formada em Economia e Relações Internacionais pelo Institut d'Études Politiques de Paris e trabalhava na EDF francesa, homóloga da nossa EDP. Foi submetida a um processo disciplinar após a publicação do seu livro. No entanto, como este se tornou um *best-seller*, a direcção da empresa decidiu recuar na sua estratégia punitiva, retirando o processo disciplinar à sua irreverente funcionária. Mas não se trata, de facto, de irreverência nem de radicalismo anti-empresarial: Corinne Maier, de uma forma fluente e, por vezes, sensacionalista, apercebeu-se do inferno das relações laborais no capitalismo sem limites contemporâneo. E, repare-se, que num passado recente as empresas públicas francesas eram modelo e paradigma do chamado modelo social europeu e de condições de trabalho relativamente estáveis.

Os 24 suicídios em 18 meses numa outra empresa francesa, a France Telecom, colega da nossa Portugal Telecom, em consequência do *stress* laboral insuportável para alguns traba-

lhadores apenas confirma que mesmo as grandes empresas públicas de outrora estão submetidas a uma feroz ditadura gestonária que tudo sacrifica aos objectivos da rentabilidade imediata. Note-se que o Estado francês detém ainda 26,7% do capital da France Telecom. No entanto, o ingresso da empresa na Bolsa de valores pôs em causa a cultura de serviço público que orientava a sua estratégia no passado ainda recente. A nova estratégia consiste em “criar valor” para os accionistas, ou seja, procurar a máxima valorização das acções e outros títulos nos mercados financeiros no mais curto prazo de tempo. O modelo de gestão que impera é o modelo anglo-saxónico da *corporate governance* em que os trabalhadores são concebidos como recursos exploráveis até e para além dos limites da exaustão, pois o que importa exclusivamente é a valorização dos activos mobiliários.

Poderemos caracterizar o novo modelo de gestão por gestão pelo *stress*. Já o norte-americano Jeremy Rifkin, num livro publicado em 1995 com o título *O fim do trabalho* (“The End of work”, G.P. Putnam's Sons, Nova Iorque) relatava um exemplo edificante de como algumas firmas utilizavam a informática para controlar o desempenho dos trabalhadores: as instruções sobre a tarefa a desempenhar desapareciam do ecrã após um período curtíssimo, o que tinha como principal consequência o afastamento dos trabalhadores com “menos capacidade de resposta”. A formação de grupos de trabalho, tão do agrado das doutrinas do “capital humano”, é outro expediente para intensificar a competição entre os trabalhadores, já que os mais “lentos” ou os “menos eficientes” são marginalizados porque acabam por ser responsabilizados pelo “atraso no cumprimento dos objectivos”. Os ritmos e cadências infernais de trabalho tiveram como resultado nas fábricas da Toyota - onde se ensaiou um modelo de gestão centrado na ausência de *stocks*, na produção por medida e na resposta imediata às flutuações conjunturais do mercado - um novo tipo de morte:

o *karoshi*, ou morte por excesso de trabalho. De um modo geral, reconstituem-se formas de exploração feroz centradas na avaliação pelos resultados - eufemismo contemporâneo do trabalho à peça -, na competição entre os assalariados e na eliminação de qualquer compromisso das empresas com o bem-estar dos trabalhadores.

Os suicídios na France Telecom - que, infelizmente, ainda não cessaram - são apenas a ponta do icebergue de um modelo de gestão capitalista totalitário que põe em causa a saúde física e mental dos trabalhadores e já não faz distinções entre vida profissional e vida privada. Os artefactos tecnológicos - telemóveis, computadores ligados à Internet, etc - transformam-se em instrumentos de mobilização do trabalhador a qualquer hora, a qualquer momento, pondo em causa o seu direito ao lazer e convertendo o tempo de trabalho em tempo de vida e o tempo de vida em tempo de trabalho. A mobilidade torna-se pretexto para transferir trabalhadores para locais muito distantes da sua residência porque as “necessidades” da empresa soberana assim o exigem. A adaptabilidade é sinónimo de alteração persistente e contínua de funções sob o eufemismo do “enriquecimento de tarefas”: quem não se adapta é afastado, triturado e, finalmente, despedido com justa causa. Flexibilidade laboral não significa mais do que retirar ao trabalhador o mínimo controlo sobre o tempo e as cadências que são subordinadas às exigências do capital-mercadoria, à ditadura imperial da “qualidade total” e às oscilações conjunturais do grande mercado-rei. E que propôs, perante a vaga de suicídios - considerada uma “moda” por Didier Lombard, presidente da France Telecom - um gabinete de consultadoria em recursos humanos contactado pela empresa? Que os gestores deveriam repetir até à exaustão o *slogan*: “A evolução das necessidades é a base da mudança” (*DN*, 6/10/09). Ou seja, sem eufemismos: “Se não mudares, indolente, morre. Brevemente se apresentará um novo candidato para te substituir”. ■

“Se se quer investir na cultura, então pode começar-se pela escola”

Entrevista com João Jaime

A Escola Secundária Camões – o primeiro liceu moderno de Lisboa – está a comemorar os seus 100 anos. Com um impressionante programa cultural aberto à comunidade. E um claro empenhamento em projectos escolares que visam alargar horizontes.

João Jaime, director da Escola, fala com entusiasmo dos projectos de remodelação das instalações (e da necessidade de activo acompanhamento deste processo por parte da escola), dos variadíssimos projectos em curso, do programa de comemorações, que conhece de cor. E lembra, parafraseando António Nóvoa, que “estamos na era do regresso dos professores”.



“A escola precisa de se reencontrar - não de modo abstracto, mas como projecto de cidadania, de pluralismo, de complementaridade e de coesão. Não se pode reduzir a educação a dados estatísticos; a escola é o solo da convivência democrática, onde o conhecimento diferencia e pode excluir, mas também dignifica e favorece a concretização prática na vida do princípio segundo o qual «todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos»”. Uma ideia salientada por João Jaime no seu dis-

curso na sessão comemorativa de 16 de Outubro, e que perpassa toda a entrevista que nos concedeu nas velhas instalações do Camões.

A recuperação do espaço

Neste momento, o mais importante será a recuperação do espaço, sublinha João Jaime. Um processo em que a participação da escola é essencial. “Esperemos que, com o Parque Escolar, a escola possa ter tempo para discutir, para pensar o seu espaço, a reorganização dele”.

Em causa estão - para além do manter intacto o núcleo central do edifício, como imagem de marca da própria es-

cola – o pensar em diferentes funcionalidades. Por exemplo – onde ficará o Centro de Recursos, ou um possível Centro de Novas Oportunidades. Ou ainda - o necessário aumento do número de salas de aula. “Gostaríamos que, no nosso projecto, a escola pudesse ficar em turno único. Actualmente a escola começa às 8h15 da manhã, termina às 22h45. O que gostaríamos era de ter um número de salas suficiente para que as aulas comessem às 8h15 e a partir das 17h os alunos pudessem voltar para casa. A escola poderia manter outras actividades, mas as aulas propriamente ditas terminarem por volta das 17h.” A falta de espaço tende aliás a acentuar-se, com o significativo aumento do

número de alunos. “Temos actualmente momentos em que não há nenhuma sala disponível para qualquer outra actividade. O que já não nos acontecia há um certo tempo. E significa que estamos outra vez com uma pressão forte do exterior”, comenta João Jaime.

Houve uma subida de 40 mil alunos de há 4 anos para cá, em termos de procura, no ensino secundário. Um possível reflexo da crise – há quem venha do ensino particular para o ensino público. Por outro lado, com o alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos, o número de alunos tenderá a aumentar. E, como lembra o director do Camões, “a escola também deve estar preparada para dar resposta a estas novas reformas do sistema educativo”.

No processo de recuperação das instalações da escola, está prevista a criação de um anel exterior. “Aberto à comunidade, com serviços que podem ir desde equipamentos desportivos, equipamentos culturais, sala de exposições, outras actividades que a própria comunidade poderá propor”. O que no fundo se sintoniza com a prática da escola, e a própria dinâmica das comemorações do centenário.

“É evidente que nós sabemos que Lisboa é já privilegiada, tem uma boa programação cultural. Mas há actividades que eventualmente passam ao lado de parte da população. Até porque hoje os concertos – quer no Campo Pequeno ou na Ala Magna ou no Coliseu ou no Pavilhão Atlântico – têm por vezes preços exorbitantes”. Mas, “os espectáculos também podem acontecer na escola, podem proporcionar à comunidade local – que é uma comunidade muitas vezes idosa e que não tem possibilidade de frequentar essas salas de espectáculo – actividades culturais interessantes, conferências, concertos”.

A escola tem ainda um projecto com a Antena 2, que espera poder concretizar em 2010 – os concertos ao fim de tarde. Concertos que vão entrar em directo do auditório da escola para a Antena 2. O primeiro concerto é com orquestra de metais no dia 27 de Novembro. “Esperamos continuar com essa programação no ano 2010. Proporcionar aqui concertos de música clássica, concertos para jovens, que serão abertos a todos. Gostaríamos que os nossos espaços pu-

dessem ser visitados por todos os que quiserem estar aqui connosco”, salienta o director da escola.

Um edifício com história. E com alma

A história, que agora se assinala, da Escola Secundária Camões, entrelaça-se com a própria história do país.

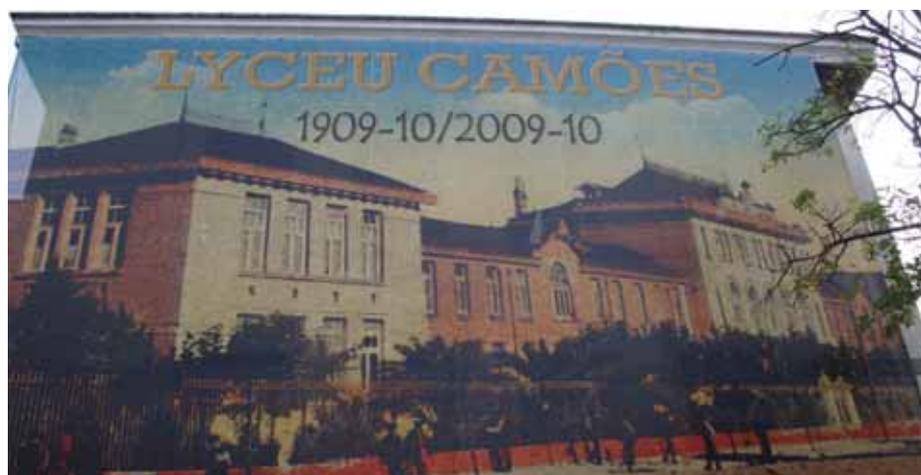
“Comemoramos, no mesmo ano e ironicamente, o centenário do “Lyceu Camões”, último “Liceu” da Monarquia e os 100 Anos da República Portuguesa. Ter nascido num tempo de grandes mudanças políticas terá feito desta escola o ponto de encontro de gerações e ideologias diferentes que ajudaram a formar alunos, professores e funcionários com diferentes maneiras de ver o mundo mas com alguns valores comuns: a procura do conhecimento, a liberdade de pensar, a capacidade de criar e de ser solidário”, disse João Jaime no discurso proferido na sessão solene de 16 de Outubro.

“Esta escola marcou” – sublinha o nosso entrevistado. “Por este ginásio passou tudo. Neste ginásio acontecem acções

mente não se comemoram só edifícios. Mas pessoas. E por isso o nosso livro reúne tantos testemunhos. Mas este edifício é marcante também. Não se pode dissociar o edifício do ambiente, do espaço, até as próprias árvores. Os alunos têm dele uma recordação um pouco gigantesca – é um edifício majestoso, as portas são altas, tal como as janelas. Portanto, para os miúdos que entravam aqui aos 10-12 anos, isto era algo gigantesco. Hoje, sendo alunos do secundário, já não tem essa sensação. São os tempos que vão mudando. Mas penso que ainda mantém o seu carisma, e a sua alma”.

Uma população escolar diversificada e muitos projectos

Actualmente a população escolar é muito diferente. “Antigamente eram praticamente famílias inteiras a frequentar a mesma escola. Hoje há um conjunto de escolas diversificado, em que a determinação habitacional já não é tão forte”. No caso da Escola Secundária Camões, “maioritariamente os



da Mocidade Portuguesa fortíssimas, festas da 1ª República, nomeadamente a Festa da Árvore, assembleias eleitorais – quer na 1ª República quer depois (até agora, os actos eleitorais). Ou ainda – os serões para trabalhadores do INATEL, cinema – desde os anos 50 que há aqui projecção de cinema (existe ainda a cabine e a máquina está lá). Portanto, por este ginásio aconteceu/passou muita história. E este edifício está marcado por essa mesma história. Não se pode desligar a escola do edifício. E eu penso que este edifício marca. Natural-

alunos vêm com os pais para o emprego”. Calcula-se que apenas 30 a 35% da população escolar seja residente na área.

Neste contexto, “o Camões é muito diversificado. Diversificado em termos de culturas, mesmo. Há diversas nacionalidades aqui a estudar. Sociologicamente a escola é uma escola mais rica, porque tem aqui uma multiplicidade de culturas. Há uma diversidade muito grande, populações de várias origens. E que se cruzam. Com vários pontos de vista diferentes. É uma escola com al-



guma riqueza cultural, vários ambientes. Vários estilos de vida.”

Uma diversidade que, longe de potenciar problemas (“penso que é um privilégio estar numa escola tão sossegada”, diz o seu director), se casa bem com a multiplicidade de projectos escolares em que a grande aposta é proporcionar experiências diferentes, alargar horizontes. Da dança (uma área que já vai no 3º ano consecutivo), à fotografia, à robótica, ao cinema, à filosofia. Uma forma também de tentar dar resposta ao que João Jaime aponta como “um dos problemas do ensino secundário”.

“No ensino secundário, os alunos que vão para as ciências não podem ter história”, por exemplo. “E nós proporcionamos aos alunos – quer a dança, quer a fotografia, quer a robótica, quer o cinema e a filosofia. Assim, um aluno de Humanidades pode estar na dança, um aluno das Ciências pode estar na dança. Tal como um de Humanidades pode estar na Robótica se assim o entender, e um das Ciências pode estar no Cinema ou na Fotografia. Para também eles entenderem que não é necessário nem obrigatório que o ensino seja tão focalizado, filtrado para disciplinas de prosseguimento de estudos e provavelmente a pensar já na Universidade. Sem terem percorrido e experimentado outras actividades. E é fundamental, ao longo do seu caminho, terem outras experiências. Que possam alargar os seus horizontes. E, se calhar, podendo escolher outras áreas que não lhe eram familiares, em contacto com elas, serão capazes de descobrir outras realidades,

outros talentos. E, se se quer investir na cultura, então pode começar-se na escola.”

Do andebol ao teatro

A área do desporto – e em particular o andebol – faz também parte da cultura e das actividades correntes da escola. Envolvendo ainda a comunidade local. “O andebol tem hoje várias secções. O Clube Desportivo Escolar Camões envolve muitos jovens – não apenas alunos nossos, pois os professores da escola vão a outras escolas e a outros locais convidar jovens para vir para aqui. O Clube participa no campeonato nacional de andebol e está na 2ª divisão. Têm uma dinâmica bastante interessante, o que faz com que o nosso pavilhão praticamente tenha uma ocupação a tempo inteiro”.

Esta é, assim, outra actividade proporcionada à comunidade. “Um espaço aberto a todos os jovens que moram nesta zona. Independentemente de serem ou não alunos da escola”.

“E é também uma marca que a escola tem vindo ao longo dos anos a deixar na cidade”, conclui João Jaime.

Uma dinâmica a que se juntam muitas outras.

Por exemplo – a criação do teatro da escola, com o apoio da Junta de Freguesia, e que “vai arrancar já”. O “protocolo com a Junta vai-nos proporcionar melhores condições para que a escola tenha um grupo de teatro e possa aproveitar o auditório. E, sobretudo, manter esta dinâmica de actividade da

escola.”

Dar visibilidade ao Gabinete de saúde e sexualidade, através da promoção de iniciativas com o apoio do Centro de Saúde, da Maternidade Alfredo da Costa e da Magalhães Coutinho, é outro dos projectos a avançar.

Ou ainda – promover mais projectos na área da ciência, nomeadamente da robótica. Ou da literatura, com destaque para os autores portugueses. “Dia 16 de Outubro assinámos um protocolo com a Sociedade Portuguesa de Autores – fomos agraciados com uma medalha de honra da Sociedade pelo trabalho que a escola tem vindo a desenvolver”, diz João Jaime. Lembrando que muitos autores portugueses “passaram pela nossa escola”.

“Estamos bem inseridos, no que respeita a associações, e a escola – pela sua centralidade – tem esse privilégio. E vamos tentando utilizá-lo da melhor maneira possível”. E o director do Camões sublinha: “quem quiser dinamizar o desporto, a cultura – deve apostar nas escolas”.

Uma dinâmica e objectivos que se inserem na função que hoje a escola assume. Como salientou, no seu discurso na sessão solene, João Jaime – “A Escola Secundária de Camões assume hoje, ou melhor, a partir de 1974, a sua função de instrução e socialização dos jovens, contribuindo para a criação de uma cidadania, baseada nos valores democráticos e na responsabilidade pessoal”. ■

100 anos do Camões

Testemunho na primeira pessoa

“Pretendemos, ao longo deste ano lectivo, desenvolver um variado conjunto de iniciativas culturais, pedagógicas, cívicas e lúdicas, de projecção interna e externa, que possam trazer aos amplos espaços deste antigo e majestoso edifício da Praça de José Fontana, todos quantos quiserem e puderem vir festejar com os actuais e ex-alunos, professores e funcionários, uma «altura de tempo» de 100 Anos a Aprender”.

O programa de comemorações faz jus aos objectivos expressos por João Jaime.

Pela sua riqueza, variedade e qualidade.

Aqui fica o seu testemunho, na primeira pessoa, sobre o que vão ser (estão já a ser) as comemorações do centenário do Camões.

Começámos as comemorações do centenário do Camões, dia **16 de Outubro**, com uma iniciativa em que trouxemos cá algumas figuras públicas, nomeadamente o Sr. Presidente da República, mas também pessoas que passaram por aqui como alunos e que hoje são figuras conhecidas do panorama cultural português. Este foi o ponto de arranque.

Neste momento vamos dinamizar e concretizar uma parceria com a **JPJazz** - uma escola perto de nós - e contar a história dos 100 anos do Jazz nas caves da escola.

Temos também as **conferências**, que já vínhamos a realizar desde o ano anterior. Começámos, então, com Aquilino Ribeiro. Passámos por Jorge Sena, Mário Dionísio, José Gomes Ferreira, Manuel da Fonseca. Autores que passaram por cá. E, nestes dias, Mário Sá Carneiro.

Iremos ainda ter uma conferência com o Urbano Tavares Rodrigues e um encontro com José Cardoso Pires.

Quanto ao programa deste ano, chamamos a atenção para uma programação especial na **Cinemateca**, em Abril/Maio. O objectivo é ver na Cinemateca filmes realizados a partir de autores portugueses que foram aqui alunos. Começando por Aquilino Ribeiro, passando por José Rodrigues Miguéis, José Cardoso Pires, Jorge de Silva Melo.

Uma das pessoas que vamos homenagear em Novembro vai ser o João Bénard da Costa, que foi aluno e professor da escola, e que queríamos associar com a Cinemateca. Uma figura de culto do panorama do cinema em Portugal. E particularmente da Cinemateca, pelo contributo que deu.

Dentro da **música clássica**, tivemos a

Carmina Burana, dia 8 de Novembro, com um jovem maestro - Albertino Monteiro - que aqui quis produzir, no nosso ginásio, esta peça magnífica. No Natal teremos o Messias de Handel.

Para o próximo ano

Deixamos para o próximo ano, iniciativas que penso que vão ser marcantes. Contamos com o Zé Pedro dos Xutos e Pontapés. Para Abril/Maio estamos a negociar um **concurso de bandas** de jovens, num estilo mais rock.

Por outro lado, vamos fazer uma conferência com o título *As Margens* - para a qual iremos convidar várias figuras da sociedade portuguesa para debater questões de fronteiras. Todas as fronteiras - dentro da História, na área da sexualidade, da marginalidade. Nesse contexto será lembrado um autor português, que foi aqui também nosso aluno - o escritor “maldito”, Luís Pacheco.

Mas também queremos abrir a escola à comunidade. Nomeadamente com uma **semana das actividades da escola**, em que iremos mostrar o trabalho que desenvolvemos, os projectos, as áreas de projecto. Para que haja uma troca entre os alunos actuais e todos aqueles que nos queiram visitar.

Está ainda previsto um festival de **zappianos**. Assim como o **século de Educação Física** nos liceus.

Quando do **25 de Abril**, pretendemos assinalá-lo ligando a juventude e a política. Tanto mais que por aqui passaram muitos dos actuais políticos. Quer Álvaro Cunhal quer Marcelo Caetano foram alunos aqui. Ou ainda: Vasco Gonçalves, Pinheiro de Azevedo, Otelo Saraiva de Carvalho. E vários políticos que ainda são vivos - Ruben de Carvalho, António

Guterres, António Vitorino, Basílio Horta, Garcia Pereira, Morais Sarmento, Saldanha Sanches, e certamente outros.

A política marcou também a vida desta escola. Sobretudo a passagem de Humberto Delgado no comício de 1958 - que é marcante, e que é um testemunho que aparece também no nosso livro. Mas há também a passagem de Oliveira Salazar discursando para os Legionários. E muitos outros factos assinaláveis da nossa história política. O livro que publicámos pelos 100 anos - editado pela Quimera, em parceria connosco - reflecte muito desta história.

A programação completa pode ser consultada em:

<http://www.escamoes.pt/indexGlobal.htm>

<http://www.escamoes.pt/> ■





O Programa do XVIII Governo para a Educação

Continuidade mais diálogo... de que tipo?

O programa político deste Governo é muito semelhante ao do XVII e ao programa eleitoral do PS, isto é, um conjunto de intenções e de promessas de continuidade, enquanto ao nível da prática, dada a situação de maioria relativa, aparece no horizonte uma Ministra e uma equipa na Educação com pouco peso político específico, mas com uma postura proclamadamente dialogante e, aparentemente, mais apaziguadora. O que é que poderá resultar desta (aparente) contradição?

ROLANDO F. SILVA
Direcção do SPGL

1. As clivagens e roturas do governo Sócrates I na Educação

Pode dizer-se que mudou a equipa ministerial na Educação e que a mudança tem essencialmente a ver com o estilo e o peso da equipa anterior em relação a esta. A equipa de Lurdes Rodrigues adoptou uma postura de confronto e de rotura com as organizações de professores, respaldada no quadro de uma maioria absoluta parlamentar, avançando, de forma truculenta e canhestra, para processos que nada tiveram de negociais e que se traduziram, nomeadamente:

a) na imposição de um ECD marcado pela divisão artificial da carreira entre docentes e docentes titulares e pelas restrições no acesso e no tempo de duração para se atingir o topo da carreira, que foram medidas de carácter economicista, como bem se sabe (e para as

quais se buscou uma fundamentação política completamente incongruente e mistificadora);

b) na imposição de um obtuso sistema de avaliação de desempenho docente que teve a imediata rejeição da grande maioria dos docentes e que acabou reduzido a um simplex administrativo, que nada tem a ver com a verdadeira essência da profissão;

c) na promulgação de um novo regime de gestão das escolas com base num órgão unipessoal, o director, e na tentativa de criação de uma cadeia de comando directamente da Ministra para as escolas, através do Conselho de Escolas, o que representou o maior esforço de centralização e controlo das escolas pelo Poder Central, nas últimas dezenas de anos (Estado Novo incluído...);

d) na transferência de competências para as autarquias em matéria educativa, num processo nebuloso, em função da questão das contrapartidas financeiras não serem devidamente asseguradas à partida, o que fez com que uma significativa maioria de câmaras municipais ainda não tenha optado pela sua aceitação;

e) na tentativa de sobrevalorizar o papel de função social para as escolas como guardadoras de crianças em termos de ocupação a tempo inteiro e de produção de resultados propiciadores de um facilitado sucesso escolar estatístico, conseguido a qualquer preço, mesmo através da penalização dos docentes na sua progressão na carreira; etc., etc.

2. O programa do XVIII Governo constitucional

As linhas programáticas deste Governo para a Educação não Superior continuam a insistir em prioridades que já vêm do anterior, nomeadamente as duas primeiras, a saber: a questão da “*universalização da frequência da educação básica e secundária*”, para todas as crianças “*entre os cinco e 18 anos de idade*” e “*consolidar e alargar as oportunidades de qualificação certificada para os jovens e adultos*”.

Nestas questões, em relação às quais há acordo total no que respeita aos objectivos que se propõem alcançar, as divergências só têm a ver com os meios que não são referidos, mais uma vez (e sabemos como é incompatível investir nas escolas ou investir nas grandes obras públicas de infra-estruturas, o que parece continuar a ser a grande prioridade deste Governo), enquanto que nas “novas oportunidades” a questão é a das metas que se impõem para se alcançarem os objectivos, sem ter em conta se os centros têm ou não condições e meios para as alcançarem de modo a que garantam qualidade e crédito na formação que ministram e a respectiva consequência, que é a da aceitação social e oportunidades de trabalho para os jovens e adultos que obtêm a sua certificação.

E se tivermos em conta que, nos últimos 12 anos, não foi possível conseguir ainda a frequência a 100% (quedando-se pela casa dos 80%) dos 9 anos de escolaridade obrigatória, por razões essencialmente de carácter social, com as bolsas regionais de atraso de desenvolvimento e pobreza que existem, dificilmente se poderá pensar que se alcançarão os 12 anos de escolaridade obrigatória sem medidas de fundo de carácter social que invertam a actual situação. A menos que se aposte no sucesso meramente estatístico ou que se continuem a abrir segundas, terceiras e quartas vias de certificação, em termos de qualidade escolar.

O terceiro objectivo prioritário é *“desenvolver programas de melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos”*. Mais uma vez estamos de acordo, mas isto exige, para além do esforço de recuperação das escolas que está a ser feito agora, o seu melhor equipamento e recursos, a diminuição do número de alunos por turma para 20, a diminuição de algumas cargas horárias lectivas demasiado pesadas, nomeadamente no 3º ciclo do Ensino Básico, a questão dos blocos de 90 minutos ser encarada de uma forma muito mais flexível, sobretudo no Ensino Secundário e a obrigatoriedade das vias alternativas profissionalizantes terem a mesma qualidade das vias de prosseguimento de estudos. Trata-se de introduzir qualidade nas aprendizagens e não de, ape-

nas, ocupar meramente os alunos nos estabelecimentos de ensino. Será que este Governo de Sócrates II terá a coragem política para optar por este caminho, ou continuará a trilhar o caminho demagógico do facilitismo e do culto das aparências?

O quarto objectivo, em termos de prioridades, é *“reforçar os recursos, as condições de funcionamento, o papel e a autonomia das escolas”*. Também estamos de acordo, obviamente, só achamos que devia subir na lista das prioridades e que se devia investir muito mais nesta área, para superar o atraso das últimas décadas, com a degradação de muitas escolas e a obsolescência dos seus equipamentos e todo o seu desconforto que são impeditivos de qualquer processo com um mínimo de condições para um bom trabalho dos alunos e dos docentes.

E, como não podia deixar de ser, os professores vêm, na ordem das prioridades governamentais, em último lugar, exactamente na quinta prioridade: *“valorizar o trabalho e a profissão docente”* está lá escrito e estamos, mais que obviamente, de acordo com esse objectivo.

E o que é que o Governo de Sócrates II propõe como medidas para este desiderato? A primeira e mais importante é *“acompanhar e avaliar a aplicação do Estatuto da Carreira Docente, no quadro de processos negociais com as organizações representativas dos professores e educadores, valorizando princípios essenciais como a avaliação de desempenho, a valorização do mérito e a atribuição de maiores responsabilidades aos docentes mais qualificados”*. Isto, trocado em miúdos, significa “negociar” com os sindicatos, se estes estiverem de acordo que deve ser feita uma avaliação de desempenho de tipo meritocrático-empresarial e que deve haver mais do que uma categoria de docentes em termos de qualificação, desempenhando as mesmas funções profissionais.

Ora, o que propõem os docentes, as suas associações sindicais e profissionais, é exactamente o contrário disto. Então como será possível o diálogo e que “diálogo” será este? A nova Ministra disse na Assembleia da República que “não há nenhum ponto no ECD e na avaliação de desempenho que não possa ser

mudado.” (citação do jornal “Público”, de 10/11/2009). Daí a nossa curiosidade sobre o que se irá passar neste calendário negocial que, hoje, dia 10 de Novembro, foi estabelecido e, no quadro do qual, Mário Nogueira afirmou que ainda seria possível obter alguns resultados relativamente ao ECD e à avaliação do desempenho no primeiro período (estou a citar de cor).

Mas o que também é evidente é que, no quadro de uma maioria relativa, se falhar o diálogo dos sindicatos com o Governo, e mesmo fora do quadro de eventualmente uma situação deste tipo vier a suceder, o papel dos partidos da oposição na Assembleia da República assume uma importância política de grau maior, tendo especialmente em conta que todos se pronunciaram pela suspensão deste modelo de avaliação do desempenho e contra a diferenciação entre professores e professores titulares.

3. À laia de conclusão

Se houver diálogo frutífero, o que se deseja, entre a nova equipa do ME e os sindicatos, é claro que não haverá continuidade nas políticas educativas entre os governos I e II de José Sócrates, mas sim uma aproximação entre as posições dos docentes e a política do governo, que assumirá o quadro de uma rotura completa em relação à política do governo anterior.

Mesmo que tal venha a acontecer ainda resta o problema do papel e da prioridade que a Educação (que até ficou sem esse nome, pois o capítulo chama-se “Conhecimento e Cultura”) virá a ocupar no quadro do XVIII governo constitucional. Em 2011 os resultados estatísticos serão, certamente, muito melhores do que os de 2001. Mas a qualidade do nosso Ensino e da nossa Educação qual será, se a prioridade continuar a ser os grandes investimentos públicos e não a qualificação dos recursos humanos como ponto primordial para abandonarmos a crise conjuntural (mas que também é estrutural) em que o país está mergulhado? ■



O programa do Governo para o Superior

ANTÓNIO AVELÃS

Direcção do SPGL

No ensino superior e investigação científica não houve mudança de ministro: Mariano Gago foi “reconduzido” e ameaça ser o ministro com mais permanência nos governos após 1974. Não tendo sido um sector muito conflituoso no mandato anterior, não são de esperar nesta área mudanças de rumo. Do ponto de vista “laboral” – e a isso o Programa do Governo não se refere – o “novo” ministro recebeu do “anterior” ministro uma contestação “localizada”: os protestos de alguns sectores do Politécnico quanto ao modo de transição para a carreira definida pelos novos estatutos, sendo que quanto a estes há um largo consenso: melhoram substancialmente a situação dos docentes do ensino superior, quer no politécnico quer no universitário. Durante a campanha eleitoral, os partidos (creio que todos) assumiram que levantariam na A.R. a questão da transição para a nova carreira. De facto, tanto o PCP como o BE já o fizeram.

Uma outra matéria que tem vindo a preocupar as instituições do ensino superior é o financiamento. Algumas instituições estão sistematicamente com enormes problemas para conseguirem honrar os seus compromissos mais básicos – os salários dos docentes, por exemplo. Sustentam outros que os que aderirem ao “engodo” das Fundações terão financiamentos melhorados – e contra isso obviamente os menos ricos e os que não aceitam ser Fundações protestam. Mas sobre isso, o Programa do Governo não vai além de ideias gerais e boas intenções. “O Governo reconhece o esforço de contenção de despesas e de ajustamento interno feito pelas instituições de ensino superior

e o seu inestimável contributo para o processo de equilíbrio orçamental que foi necessário levar a cabo” Será isto um prosaico jogo de ironia? Será que as instituições tinham qualquer hipótese de “fazer diferente?” Mas alegremos: o Governo propõe-se lançar um “programa especial para o desenvolvimento do Ensino Superior”. Em que consistirá tal programa, porém, disso não cuida o Programa de nos informar. Repete-se a fórmula do costume: “*haverá um nível de financiamento global directo ao Ensino Superior público, a distribuir por fórmula...*”

As propinas tornaram-se elas próprias um meio de financiamento do ensino superior. A modo de compensação, o Governo garante que “*não será alterada a fixação dos valores de propinas de licenciatura...*” Mas, como era de esperar, mantém-se o aumento das propinas de mestrado e de doutoramento (dito numa linguagem cifrada de “*limitação das propinas de mestrado*” e “*harmonia das propinas de doutoramento com os valores efectivamente pagos pela Fundação da Ciência e Tecnologia*”). Continuam a ter razão os que denunciavam que “o processo de Bolonha” – para lá de virtuais potencialidades – tinha de certeza uma consequência: aumentaria as propinas no Ensino Superior.

O Programa do Governo usa uma linguagem um pouco esotérica: *pretende firmar com o Ensino Superior “um verdadeiro Contrato de Confiança”* (sic!), e “*renovar e reforçar o Compromisso com a Ciência*” (sic!). Mas tudo isto se resume a um conjunto vago de boas intenções: assegurar a diversidade das áreas de formação (saúde, engenharias, humanidades, artes, ciências sociais, ciências da natureza e tecnologias), reformas curriculares que contarão com o contributo das associações profissio-

nais, revisão dos regimes de estágios obrigatórios e “*o reforço de estágio de estudantes e diplomados*” (continuará a indecência dos estágios não remunerados?).

Ninguém contestará a necessidade de “*relançar o Ensino à Distância em Portugal e no espaço das comunidades de Língua Portuguesa*”, nem a “*generalização da oferta de cursos de especialização tecnológica por instituições do ensino superior politécnico*”

Como é normal e repetitivo, o Programa anuncia “*o investimento na acção social escolar*”, alargando (até onde?) a rede de residências (mas ela é tão parca que alargá-la não é difícil...) e duplicando o número de bolsas de Erasmus (ora aí está uma boa nova!)

“Renovar o compromisso com a Ciência” limita-se a dizer que haverá um “*desenvolvimento equilibrado das tecnologias e das ciências*” (todas) e que se tentará aproximar o número de investigadores em Portugal da média dos países com maiores níveis de desenvolvimento científico (Portugal fica-se pela metade, reconhece o Programa).

Garante-se aos investigadores doutorados um regime de protecção social idêntico ao dos restantes trabalhadores e projecta-se o lançamento de “*um programa de infra-estruturas científicas*” e a “*promoção da cultura científica e tecnológica*, nomeadamente através do projecto da *Ciência Viva*”.

Poder-se-á, pois, concluir que se mantém o rumo traçado anteriormente. O Programa é suficientemente vago para poder parecer ambicioso. Fácil será admitir que no final deste Governo – ninguém sabe quando será – será sempre possível ao Governo dizer que cumpriu e aos mais exigentes dizer que as promessas não foram cumpridas. ■

Revisão das regras de actualização das Pensões

“Mais Saúde, Melhores Pensões”

Desde Julho a 29 de Outubro de 2009, que a Inter-Reformados (IR) levou a cabo diversas iniciativas de âmbito Distrital sob o Lema “Mais Saúde, Melhores Pensões”. Estas acções realizaram-se na maior parte dos Distritos envolvendo centenas de Reformados e Aposentados dos diferentes sectores de actividade. Este trabalho só foi possível graças ao empenho de toda a estrutura sindical, particularmente das Uniões Distritais.

Num novo quadro político saído das eleições legislativas em que o Parlamento adquire uma nova importância, impõe-se dar continuidade à luta no Plano Nacional, exigindo a **Revisão das Regras de Actualização das Pensões**, com a alteração dos critérios estabelecidos no Indexante dos Apoios Sociais (IAS), bem como à Revogação do Factor de Sustentabilidade.

Exigindo a **Revisão das Regras de Actualização das Pensões**, com a alteração dos critérios estabelecidos no Indexante dos Apoios Sociais (IAS), bem como a Revogação do Factor de Sustentabilidade, **far-se-á a entrega, na Assembleia da República, do documento reivindicativo da IR Nacional durante uma Concentração de Reformados de nível Nacional, no próximo dia 26 de Novembro/09.**

Das 14:00 às 15:30 horas
Magusto com animação cultural
No jardim das francesinhas – lisboa

às 15:30 horas
Concentração frente à Assembleia da República
e entrega de documento reivindicativo da IR na A.R.

Só com o envolvimento de todas e todos será possível alterarmos a actual realidade.
A estrutura sindical está a fazer o seu trabalho, não deixes de fazer o teu
Aparece e traz mais alguém!

Nota: Lamentamos termos de manter uma iniciativa cultural já programada para o mesmo dia pois a sua mudança não foi possível. Assim, a essa iniciativa, só irão os dirigentes indispensáveis ao acompanhamento dos sócios inscritos, os restantes participarão na acção de luta, em conjunto com os outros aposentados.



Almada tem nova Delegação

No passado dia 22 de Outubro, realizou-se na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto - Pragal em Almada, uma Assembleia Geral de Sócios que viria a aprovar, por unanimidade, a compra de uma nova Delegação do Sindicato de Professores da Grande Lisboa para a Zona Sindical de Almada/Seixal.

A grande procura dos serviços do Sindicato por parte dos sócios, cerca de 1611, justificava, já há muito tempo, a aquisição de um espaço mais condigno para o seu atendimento: apoio geral e jurídico, sessões de esclarecimento e de apoio a concursos, reuniões e até formação.

Surgiu então a possibilidade de adquirir um espaço que, pelas suas características (150m2 divididos por dois pisos, dois lugares de estacionamento na garagem do prédio, preço bastante apelativo e localizada numa das principais artérias do centro da cidade de Almada), reunia todas as condições de que os sócios do maior sindicato de professores necessitam.

Assim, e após a AGS, assinou-se a escritura no passado dia 30 de Outubro, esperando nós que a mudança de instalações se efectue ainda no decorrer do 1º Período.

Vanda Silva
 Coordenadora da DR Setúbal

Ensino Particular e Cooperativo

Horários

Temos sido contactados por vários sócios do Ensino Particular e Cooperativo com situações irregulares na organização dos respectivos horários.

Importa recordar que o período normal de trabalho dos docentes é de trinta e cinco horas semanais sem prejuízo das reuniões trimestrais com os encarregados de educação.

O período normal de trabalho dos docentes integra uma componente lectiva e uma componente não lectiva, onde se incluem as reuniões de avaliação e o serviço de exames (artigo 11º do CCT do EPC).

Os artigos 11º A e 11º B da referida Convenção regulamentam respectivamente a componente lectiva e a componente não lectiva.

No que se refere à componente não lectiva esta corresponde à diferença entre as trinta e cinco horas semanais e a

duração da componente lectiva, abrangendo a realização de trabalho a nível individual e a prestação de trabalho a nível do estabelecimento de ensino.

O trabalho a nível de estabelecimento de ensino pode incluir actividades de apoio educativo, actividades de complemento e enriquecimento do currículo, actividades de acompanhamento de alunos motivado pela ausência do respectivo docente, reuniões e acções de formação que tenham a aprovação do estabelecimento de ensino.

O trabalho a nível individual não pode ser inferior a 50% da componente não lectiva e o local onde se realiza é da responsabilidade do docente.

Todas as reuniões deverão estar incluídas na componente não lectiva do estabelecimento, quando tal não aconteça os docentes deverão pedir o pagamento das horas suplementares realizadas.

No que respeita aos docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário o horário lectivo semanal é organizado em blocos de 90 minutos que poderão corresponder a dois períodos lectivos de quarenta e cinco minutos, de acordo com a tabela que consta do artigo 14º do CCT do EPC.

Quando nos estabelecimentos de ensino sejam distribuídas

funções de directores de turma, delegados de grupo ou disciplina, os respectivos horários serão reduzidos no mínimo duas horas que corresponderão a dois períodos de quarenta e cinco minutos ou um de noventa minutos, fazendo estas horas sempre parte do horário de trabalho lectivo normal (artigo 12º do CCT do EPC).

Assim, se o seu horário não estiver organizado de acordo com as normas citadas, deverá contactar o SPGL através do departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's. ■



Ensino Particular e Cooperativo

Revisão do clausulado do CCT

Brevemente, a FENPROF iniciará o processo de negociações para a Revisão do clausulado do Contrato Colectivo de Trabalho para o Ensino Particular Cooperativo, e por considerarmos que é necessário um instrumento de regulamentação de trabalho que responda com maior eficácia, equidade e equilíbrio entre os docentes e os empregadores, decidimos solicitar o seu contributo.

Aproveitando a oportunidade de uma revisão mais profunda do texto em vi-

gor, e atendendo às situações de conflitos laborais que nos chegam pelos nossos associados, consideramos de extrema importância a sua participação, para que o texto final possa reflectir a realidade das relações de trabalho. Neste âmbito, gostaríamos de contar com a sua colaboração através de sugestões baseadas na sua experiência profissional, as suas ideias e os seus comentários, através de propostas de alteração ou ainda a inclusão de novas matérias, no texto que conhece, que

está publicado no B.T.E., 1.ª Série, n.º 11, de 22 de Março de 2007 (páginas 614 a 655).

Todos os contributos devem ser enviados para o respectivo Sindicato, com o assunto Revisão do CCT do Ensino Particular e Cooperativo, através dos contactos seguintes:

Telefone: 213819151/2

E-mail: gracasousa@spgl.pt | [epc.](mailto:epc.ipss@spgl.pt)

ipss@spgl.pt

Financiamento do Ensino Superior

Das políticas à política

“Das *políticas* do financiamento do ensino superior à *política* do financiamento do ensino superior público”, é o sugestivo título do texto que serviu de base à comunicação de José Barata-Moura, na Conferência Internacional *O financiamento do ensino superior: a crise actual e perspectivas de futuro*, que teve lugar em 12 de Outubro de 2009, na Reitoria da Universidade de Lisboa. Pela importância e actualidade desta comunicação, dela reproduzimos aqui largos extractos.



As políticas e a política

Habitualmente – em Portugal, e não só –, quando se trata da abordagem destas matérias, manifestamos uma predilecção (não excessiva) por *discutir as políticas* (cousa, em qualquer caso, justificada e necessária), mas propendemos menos, e por defeito, a *pensar a política* que lhes está subjacente, e lhes desenha o horizonte. (...)

As *políticas* de financiamento do ensino superior público prendem-se de modo directo com as vias, os instrumentos, e as regras, para captar e canalizar para o sistema – bem como para distribuir no interior dele, nos seus diferentes pata-

mares – os *meios financeiros* requeridos para assegurar o curso regular do seu *funcionamento* (à luz de determinados padrões de qualidade aceites, e/ou de um quadro de disponibilidades julgadas reunidas, ou reuníveis), e para promover a sustentação do seu *desenvolvimento* (desejavelmente, posto que a atabafante asfixia da mera «sobrevivência» só dificilmente o permite encarar, num marco estratégico de investimento com respiração temporal de prazo mais dilatado do que ... o curto). Em particular, com vista ao abastecimento da alimentação financeira, *as políticas* debruçam-se tendencialmente sobre o esforço financeiro agregado re-

querido para a manutenção, persistência, e projecção do sistema, no sentido de equacionar, de estabelecer, e de incrementar, a sua *chave social de ... repartição*.

(...)

Essas *políticas* são – a montante, desde o fundo, e na sua própria circunstância e figura – determinadas por *a política* que enforma, sustenta e rege o financiamento do ensino superior público.

E pelo designativo «*a política*» entendo aqui, não apenas as orientações (programáticas) dos governos, dos parlamentos, e das administrações – bem como a fenomenalização das suas práticas (não raro, menos consonantes umas



com as outras do que seria expectável) –, mas, de um modo muito mais amplo, e enquanto totalidade concreta:

a maneira *consequente* – isto é, com expressão institucionalizada e com disponibilização de recursos – como a comunidade *politicamente* organizada concebe, representa, assume, e exerce, a sua *relação* material histórica com a *função social* que o ensino superior público desempenha.

Não perder de vista a envolvimento ontológica

Trabalhamos na educação, mas não interrogamos muito o seu embasamento e a sua função.

E a pergunta, aliás, poderia ser radicalizada.

Em princípio, ao que parece e tudo indica, estamos vivos.

Mas – do ponto de vista ontogenético, e filogenético –, na realidade, que andamos nós cá a fazer ?

Arriscando, de supetão, para uma demanda tão abstrusa, um respondimento

genérico (susceptível embora de despertar, em certas orelhas mais perspicazes, a identificação reprovadora de alguns harmónicos de pedantismo), diria que a nossa destinação de humanos – nas variadíssimas manifestações concretas por que o nosso viver se materializa – não é porventura mais do que *inscrever* o selo, a marca, o cunho, da nossa *humanidade* no corpo deveniente das realidades.

O *ser* humano é um processo de configuração humana, *trabalhada*, do ser, através dos mais variados institutos e actuações por que se vai operando a *escritura* da história.

Os processos da *hominização* não são apenas endógenos; descrevem e desenvolvem também um largo processo de *humanização* do real, e das próprias relações sociais que, na base dos intercâmbios com ele mantidos, se estabelecem, desdobram, e transformam.

É por isso que, com desarmante rigor, somos – tanto por grosso, como nos meandros do retalho – *ingredientes* e *agentes* da história do ser.

É desta constitutiva dimensão de *cultivo* que a educação fala, e cura – enquanto sinal e operador de uma *habitação conjunta* do mundo que, do mesmo passo, o vai afeiçoando.

Todo o sentido e determinação da *cultura* – no leque mais alargado das suas manifestações, resultados patrimoniais depositados, e *possibilidades* – arranca desta circunstância ontológica constitutiva.

É disso também que a civilização, que as civilizações, – tanto na perspectiva diacrónica como na sincrónica – vão dando testemunho.

O cultivo científico dos saberes

Nas sociedades contemporâneas, o *cultivo científico dos saberes* – num movimento em que, a partir de uma dada etapa correspondente aos tempos modernos, os vectores da complexidade e da velocidade disparam – adquiriu e possui, com efeito, um peso qualitativo *acrescido* na determinação do destino dos povos.

Num marco não apenas atomizado (privado, ou de casta), mas verdadeiramente *social*, o cultivo *científico* dos saberes devém, por isso, e de um modo

intensificado,

condição de *participação* qualificada (em qualquer tabuleiro do viver, que não só o da concorrência),

plataforma para o encontro efectivo de respondimento a *problemas complexos* (que não se resumem àqueles que imediatamente a chamada «globalização» hodierna acelera),

ingrediente da *liberdade* informada (que não se restringe à volatilidade rapsódica de opiniões manipuláveis periodicamente sufragadas),

pilar de *soberania* (como expressão colectiva da autonomia de se dar um destino).

No estádio de desenvolvimento histórico que vivemos, e como resultado de longos e duros combates de civilização (que se não encontram terminados, e podem decerto conhecer recuos), a *colectividade politicamente organizada* – é nesse sentido que tomo aqui o *Estado* na sua figura *democrática* genuína, e não como mero dispositivo governamental, ou como conjunto de aparelhos de dominação de classe – assume, em termos constitutivos (*ainda que não de monopólio exclusivo*), a responsabilidade *social* da qualificação dos seus membros.

(...) Esta responsabilidade *social pública* – tal como a *democracia*, de resto – configura uma *conquista* social e histórica. Levou tempo, deu trabalho, e proporciona patamares novos de afirmação e de desenvolvimento de humanidade.

Desresponsabilização pública

A generalidade das polémicas em torno da responsabilidade social do Estado no financiamento do ensino superior público toma aparentemente por expediente pretextual a escassez (declarada) dos recursos disponíveis e a insustentabilidade (imminente) de uma sua canalização continuada para este sector. (...) O objectivo tático do amaciamento das consciências para a aceitação conformada de uma *desresponsabilização pública* no financiamento do ensino superior – tal como na saúde, na segurança social, na protecção na velhice, na legislação laboral e na contratação colectiva, na regulação do mercado e das actividades económicas, etc., etc.

– visa mais longe e mais fundo. Inse- se, com todos os seus requebros dieté- ticos de minimalismo trombeteado, na grandiosa operação *estratégica* de um apregoado «emagrecimento» do Esta- do.

Trata-se, no entanto, – vendo mais de perto as coisas, e os seus escancarados desenlaces – de uma «dieta», no fim das contas, assaz curiosa quanto ao «regime» de que lança mão...

Desde logo, porque – do mesmo passo que, afectando um ar grave e encarou- çando a voz no discurso, se enunciam objectivos de implacável combate uni- versal às «adiposidades» detectadas (por norma, sempre nos mesmos sec- tores determinados que se encontram na linha de mira predilecta) – se acres- centa alegremente a desorçamentação deslizante (tão desfaçada, quanto dis- farçada), se engrossa o luzido cortejo de Institutos e «parcerias» várias, se fa- zem proliferar (não raro, em duplicação de serviços) Agências e «Fundações» de direito privado (mas de fundos pú- blicos), se aumenta (e faz escorregar mansamente para gerações futuras) o endividamento. (...)

O objectivo não reside propriamen- te num adelgaçamento ginasticado da silhueta do aparelho, mas, antes, na «descontinuação» e no esbatimento ge- neralizados de mecanismos sociais de redistribuição da riqueza produzida, e, sobretudo, na transferência mais acele- rada e desimpedida de receita pública para esferas de negócio privado – que, todavia, mediante engenhosos e artei- ros articulados contratuais, continuem a beneficiar de uma protecção pública de taxas de lucro atraentes, e de uma precavida socialização dos riscos e dos prejuízos em caso de naufrágio.

Do interesse da sociedade no seu conjunto

É do interesse da sociedade *no seu con- junto* – no estádio de desenvolvimento em que nos encontramos, e até para o exercício *democrático* de uma cidadania esclarecida e interveniente, indutora de transformações várias na orientação do destino colectivo (o que a alguns, reconheço, pode já não agradar tanto) –, não apenas que os abastados (ou que os reprodutores parciais dos seus

padrões) se formem, mas, sim, que, de um modo alargado, o nível geral médio de formação superior suba, quer na or- dem da qualidade quer no domínio da quantidade.

A política, uma política consentânea com este desiderato, entenda-se, tem, por isso, que dirigir-se, não, de um modo desencabrestado, à algibeira de aqueles que «tradicionalmente» (ou mediante esforços suplementares acrescidos) já frequentam (e que, entretanto, além disso, continuam a ser contribuintes do ponto de vista fiscal), mas à *promoção generalizada do acesso sustentado* – estabelecendo para o efeito condições *reais* de uma sua possibilidade, que a gratuidade tendencial inegavelmente favorece (que mais não seja no plano simbólico da representação, que é aqui um factor social a não negligenciar) – por parte de todos aqueles que tenham capacidade (algo que também não é apenas inato, isto é, que apresenta complexos e prolongados requisitos de desenvolvimento), revelem gosto (uma apetência que igualmente se educa em ambiente comunitário), e os provem pelo seu trabalho.

Uma outra política

Para a composição orgânica dos meios de financiamento e para a repartição dos custos (que, dentro dos limites de uma mera taxa de frequência, admito que possa ser equacionada), aquilo que é preciso, e é possível, prende-se, na realidade, com o delineamento e com a implementação de uma *outra política*. Desde logo, uma *política* que, com lu- cidez e determinação, encare com con- sequência – e, decerto, segundo uma orientação social diversa – o ensino su- perior como bem público (e não como simples mercadoria cuja aquisição pro- porciona aos seus detentores putativas vantagens comparativas individuais fu- turas num adivinhado mercado de tra- balho); uma *política* que, deixando-nos de rodeios e tergiversações, enfrente, com competência e com projecto, os desagradáveis problemas estruturais da tributação (e do seu arrecadamento e consignação); uma *política* que, como não pode deixar de ser, redesenhe com outro fôlego a estratégia de consigna- ção dos recursos disponíveis no âmbito

das diferentes responsabilidades do Es- tado. (...)

Por detrás da necessária *discussão téc- nica* das *políticas* – em que, decerto, não vale tudo, nem tudo se equivale – aquilo que verdadeiramente está em causa é a *luta* em torno da *política*.

Esta luta, obviamente, é no terreno so- cial e *político* que terá, de um modo primordial, que ser travada, num qua- dro *democrático* de cidadania esclare- cida e interveniente. ■

**Nas sociedades con-
temporâneas, o cultivo
científico dos saberes
– num movimento em
que, a partir de uma
dada etapa corres-
pondente aos tempos
modernos, os vectores
da complexidade e da
velocidade disparam
– adquiriu e possui,
com efeito, um peso
qualitativo acrescido
na determinação do
destino dos povos.**

Conselho Nacional da FENPROF

Resolução

“Para a FENPROF é tempo de devolver às escolas o clima de tranquilidade e serenidade indispensáveis à sua organização e bom funcionamento, contribuindo, dessa forma, para que melhorem as aprendizagens dos alunos”, sublinha-se na resolução aprovada, dia 7 de Novembro, pelo Conselho Nacional da FENPROF.

No documento, são destacadas, em particular, diversas medidas que constam da Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses. E que aqui reproduzimos.

É num desejável quadro de diálogo e negociação que a FENPROF considera indispensável que sejam tomadas diversas medidas que constam da **Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses**, de que se destacam as que se referem abaixo e às quais se atribuem as seguintes prioridades:

I. DE IMEDIATO

- Garantia de eliminação da divisão da carreira docente entre professores e professores-titulares;
- Suspensão do actual regime de avaliação de desempenho dos docentes e dos seus efeitos, com a garantia de:
 - a) Não prosseguir o segundo ciclo avaliativo;
 - b) Serem suspensos os efeitos que decorriam da atribuição de Muito Bom e Excelente no 1.º ciclo avaliativo;
 - c) No primeiro ciclo avaliativo, serem avaliados todos os docentes, independentemente de terem ou não apresentado proposta de objectivos de avaliação, como, aliás, está a acontecer na grande maioria das escolas e agrupamentos.
- Regularização dos horários de trabalho e início de um processo negocial visando alterar, para o futuro, os critérios em que assenta a sua elaboração;
- Regularização da situação laboral dos técnicos, na esmagadora maioria docentes, que exercem funções nas AEC – independentemente das entidades que os contratam –, sendo eliminados os recibos verdes e respeitadas as remunerações legalmente estabelecidas;
- Respeito pelos direitos sindicais, com a aprovação de medidas que visem eliminar as penalizações a que se sujeitaram professores que participaram em reuniões sindicais, professores que são dirigentes sindicais e as próprias organizações, cuja autonomia de organização e representatividade foram postas em causa;
- Substituição do regime de transição dos

docentes do ensino superior politécnico para a nova carreira, por um que consagre mecanismos de acesso, não exclusivamente dependentes de concursos, para os que têm exercido funções permanentes há já largos anos nas suas instituições;

II. DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO LECTIVO

- Início do processo de revisão do ECD, visando, entre outros objectivos, eliminar a divisão da carreira, substituir o modelo de avaliação, rever os critérios de organização dos horários de trabalho, revogar a prova de ingresso na profissão, contar integralmente o tempo de serviço prestado, criar requisitos específicos para a aposentação dos docentes;
- Aprovação, no âmbito da revisão do ECD, de um regime de integração nos quadros, dos professores de Técnicas Especiais, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 17/2006, de 9 de Fevereiro. Na mesma linha, aprovação de um regime especial de acesso à profissionalização dos docentes que leccionam disciplinas e áreas em que tal acesso não é possível (nomeadamente nas áreas do ensino artístico e profissional), independentemente do número de anos de serviço;
- Início das adaptações do ECD aos docentes a exercerem funções noutros ministérios e institutos públicos e serviços;
- Adopção das medidas indispensáveis à abertura de novo concurso, com vagas declaradas, ainda no corrente ano lectivo. Nesse sentido, deverá retomar-se a contratação através do modelo de “colocações cíclicas”, alargadas a todo o ano escolar, e rever as regras para destacamento DAEL e DCE;
- Desbloqueamento das mudanças de escala remuneratória e das subidas de categoria, tornando efectivas as normas correspondentes dos novos estatutos das carreiras do ensino superior;
- Aprovação de orçamentos para 2010 que invertam o desinvestimento no ensino superior público que se acentuou nos últimos anos;

- Negociação e aprovação da revisão do Estatuto da Carreira da Investigação Científica;
- Aprovação, nas instituições do ensino superior público, de sistemas de avaliação dos docentes que sejam transparentes, justos e idóneos, em processos largamente participados e com a audição, não apenas formal, das organizações sindicais.

III. AO LONGO DO ANO LECTIVO

- Início do processo de revisão do actual modelo de gestão escolar, visando a sua democratização;
- Revisão do regime de Educação Especial, incluindo o que respeita à Intervenção Precoce, deixando a CIF de ser o único instrumento colocado à disposição das escolas para efeitos de diagnóstico das situações que revelam necessidade de apoio e reorganizando toda a rede de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, de modo a pôr fim à segregação promovida pelo Decreto-Lei n.º 3/2008;
- Revogação do processo de municipalização de todo o Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, a que mais de 2/3 dos municípios não aderiu e início de um processo participado de reflexão, visando a transferência de competências, preferencialmente para as escolas/agrupamentos, mas identificando os âmbitos em que tal deverá acontecer e os recursos que as deverão acompanhar;
- Abolição do calendário escolar específico para a educação pré-escolar que penaliza a actividade lectiva desenvolvida com as crianças, prolongando-a em cerca de mais 30 dias, inviabilizando a necessária articulação com o 1.º CEB prevista na legislação e impedindo a participação dos educadores de infância em idênticos espaços de discussão, avaliação e reflexão de que dispõem os docentes dos ensinos básico e secundário;
- Exigência de que o ME reconheça, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado em creche pelos educadores de infância;
- Aprovação de um modelo de resposta social para a Escola Pública, no quadro de

uma componente de efectivo apoio à família a prestar no Ensino Básico, tendo por referência o que já existe nos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar;

- Substituição do actual modelo de actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º CEB (que está a pôr em causa o normal funcionamento das escolas e a prejudicar as actividades curriculares), por outro em que as AEC sejam, como refere o Decreto-Lei n.º 6/2001, actividades lúdicas e culturais e em que estas decorram depois das actividades lectivas; a língua estrangeira deverá ser incluída no currículo;

- Revisão dos actuais regimes de formação de professores e educadores – inicial, contínua e especializada – no sentido da sua requalificação;

- Alteração do regime de financiamento do Ensino Superior Público, no quadro de uma revisão mais geral do Regime Jurídico daquelas instituições, garantindo um financiamento de base suficiente para assegurar a qualidade do seu funcionamento e a não discriminação das instituições em função da sua natureza jurídica;

- Aprovação do diploma sobre o regime dos docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, previsto no RJIES, de forma negociada com os Sindicatos, com vista à garantia de condições de carreira e de estabilidade de emprego;

- Aprovação e efectivo cumprimento de um calendário relativo à avaliação e financiamento das unidades de investigação, bem como à apresentação de projectos, sua avaliação e financiamento, que permitam um sustentável crescimento da actividade de investigação científica.

IV. AO LONGO DA LEGISLATURA

Coloca-se um desafio extremamente exigente ao novo governo e aos parceiros educativos: a criação de condições que contribuam para o êxito do alargamento da escolaridade obrigatória. Tal, passa pela redução dos níveis de abandono e insucesso escolar e deverá orientar-se no sentido do aumento real dos níveis de qualificação dos portugueses. Nesse sentido, há que garantir:

- Um reforço real da Acção Social Escolar, incluindo um forte apoio à aquisição de manuais escolares, que deverão tornar-se gratuitos;

- A reorganização dos currículos dos ensinos básico e secundário e a revisão dos respectivos regimes de avaliação dos alunos;

- A efectiva garantia de universalização da oferta da Educação Pré-Escolar, visando, no prazo da Legislatura, a criação de condições para a obrigatoriedade de frequência no ano que antecede a entrada no Ensino Básico;

- A valorização das vias profissional, tecnológica e artística, às quais deverá ser confe-

rida igual dignidade à que se reconhece à científico-humanística;

- O apoio efectivo à consolidação daquelas vias, através da alteração dos seus regimes de organização e financiamento, da abertura de lugares de quadro nas escolas públicas e da negociação de um Contrato Colectivo de Trabalho para os docentes das escolas profissionais;

- O cumprimento efectivo da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e da sua regulamentação, no que respeita à equiparação dos educadores de infância que exercem funções em IPSS aos seus colegas do ensino particular e cooperativo, através da negociação com os sindicatos, mas também da intervenção fiscalizadora do ME sobre a aplicação do financiamento concedido às instituições;

- A reorganização dos CNO, de forma a que seja garantida a qualidade educativa e de que a mais certificação corresponda mais qualificação;

- A criação de condições para a existência de

representantes de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho em todas as escolas/agrupamentos, como mais uma forma de melhorar as condições de trabalho, físicas e psíquicas, nomeadamente na prevenção de situações de indisciplina e violência;

- A avaliação dos efeitos da aplicação do Processo de Bolonha e a aprovação de medidas que corrijam as suas consequências negativas, de modo a contribuir para o aumento da democratização do acesso e da frequência do Ensino Superior, bem como da sua qualidade e relevância social;

- A efectiva concretização dos concursos necessários ao preenchimento dos lugares de professor de carreira, no cumprimento do estabelecido nos estatutos das carreiras docentes do ensino superior;

- O alargamento significativo dos lugares de investigadores, em particular no que respeita a postos permanentes de carreira. ■



Primeira reunião com a nova equipa ministerial

A revisão do ECD vem à cabeça das prioridades

A revisão do ECD vem à cabeça das prioridades apresentadas pela FENPROF na primeira reunião com a nova equipa ministerial, dia 10 de Novembro. O fim da divisão da carreira e a suspensão e substituição do modelo de avaliação são objectivos centrais, reafirmados nesta reunião.

“O fim da fractura da carreira será um dos pressupostos para o normal desenvolvimento” do processo de revisão do ECD, sublinha o Secretariado Nacional da FENPROF, em comunicado emitido na sequência do encontro com a nova equipa ministerial.

Outro ponto destacado é “a necessidade de abolir as quotas de avaliação e de centrar o futuro modelo no que é essencial na actividade profissional dos docentes: a leccionação e todo o trabalho que o professor desenvolve em torno da sua relação directa com os alunos, sem esquecer, obviamente, o seu contributo para um melhor desempenho da escola em que exerce actividade”. Um quadro de alteração em que se impõe a necessidade de suspender o regime que vigora.

Face a esta reunião – refere ainda o Secre-

tariado da FENPROF – “ganham, ainda, maior importância as iniciativas legislativas em curso na Assembleia da República – projectos de resolução, de deliberação parlamentar e de lei –, visando suspender a avaliação. Da mesma forma, ganha importância acrescida a mobilização dos professores e educadores que deverá manter-se, residindo nela a força que a FENPROF encontrará para, em sede de negociação, apresentar e defender as propostas dos professores em torno das quais vêm lutando há mais de dois anos”.

Sobre o ECD, a FENPROF referiu ainda a necessidade de “abolir a prova de ingresso na profissão, alterar as regras para a aposentação dos docentes e as condições de exercício da profissão nos anos que a antecedem, rever os critérios para a elaboração dos horários de trabalho, entre muitos outros aspectos”.

Neste mesmo encontro foram apresentadas quer a Carta Reivindicativa, quer a Resolução do Conselho Nacional e entregue um dossier temático contendo todas as posições, propostas e pareceres entregues à anterior equipa ministerial. ■

Informação sobre a prisão arbitrária de activistas na Turquia

Trinta e cinco membros de sindicatos turcos e activistas do movimento de mulheres foram ilegalmente detidos a 28 de Maio por forças policiais turcas que invadiram as instalações da Confederação dos Sindicatos do Sector Público (KESK) e do Sindicato de Professores Egitim Sem. Nessa operação foram apreendidos computadores, CDs, e documentos do sindicato e do movimento feminista, tais como os relacionados com licença de maternidade, violência contra as mulheres e violência sexual.

Não foram feitas acusações formais contra os homens e mulheres presos, nem sequer eles foram informados acerca dos motivos da sua detenção, tendo sido alegado que o processo legal era confidencial.

Seguiu-se uma campanha mundial de solidariedade e protesto com envio de cartas de protesto às autoridades turcas e acções em frente às embaixadas e consulados turcos. Os sindicatos filiados na KESK fizeram poderosas manifestações e os advogados afrontaram a decisão do Tribunal de prender aqueles homens e mulheres. Na sequência destas acções, 21 activistas foram libertados na primeira semana de Junho, enquanto que 14 permaneceram na prisão desde então. Duas delas **Elif Akgul**

secretária do departamento de mulheres do Sindicato de Professores e **Yuskel Mutlu**, professora aposentada, membro da Associação de Direitos Humanos e da Assembleia de Paz Turca são também membros da Marcha Mundial das Mulheres.

Desde então, contudo, alguns dos que haviam sido libertados voltaram a ser presos. Um deles, membro do KESK foi detido a 8 de Junho quando visitava os seus amigos na prisão e depois foi solto no mesmo dia. A 18 de Junho, outros oito voltaram a ser presos. Neste momento, são **22 os activistas presos**, sendo a maioria sindicalistas e 4 membros da Marcha Mundial das Mulheres.

A acusação dos 31 activistas (22 presos e 9 presos e depois libertados) foi declarada a 8 de Agosto, mas a primeira sessão do julgamento só ocorrerá a 19 e 20 de Novembro no 10º Tribunal de Izmir, ou seja, seis meses após as primeiras detenções. O lapso de tempo entre as detenções, a declaração da acusação e o primeiro julgamento é uma violação dos procedimentos legais e um claro sinal do governo turco de que tudo fará para evitar a presença de observadores internacionais no julgamento.

A Organização Internacional do Trabalho e a Confederação Europeia de Sindicatos expri-

miram a sua preocupação pela repressão que se abate sobre activistas, sindicatos e outros movimentos na Turquia e estão a planear enviar uma missão para observar o julgamento em Novembro. A KESK da Turquia fez um convite aos movimentos sociais e sindicatos de todo o mundo para se deslocarem a Izmir, em Novembro, para assistirem ao julgamento e para prestarem a sua solidariedade.

Em todo o mundo, a 18 de Novembro, apela-se à mobilização e à solidariedade com a realização de acções exigindo a imediata libertação de todos os detidos, o fim da repressão aos movimentos de oposição na Turquia, incluindo os de mulheres, os grupos de defesa dos direitos humanos e os sindicatos, assim como a devolução de todo o equipamento e documentos apreendidos. Não se pode tolerar esta postura do governo turco de violação do direito democrático de organização e a tentativa clara de criminalização dos movimentos sociais.

(Esta informação foi recolhida das newsletters de Julho e Outubro de 2010 da Marcha Mundial das Mulheres)

Comissão da Igualdade entre Mulheres e Homens do SPGL – CIMH/SPGL

A Confederação Sindical Internacional é indispensável na resposta à crise

O SPGL foi um dos sindicatos que promoveram o Seminário Internacional em torno da organização internacional do movimento sindical e a necessidade de uma resposta internacional à crise em que o capitalismo mergulhou.

O Seminário, que decorreu em Lisboa, no passado dia 7 de Novembro, discutiu igualmente a questão da posição da CGTP-IN face às duas centrais sindicais mundiais existentes (a CSI e a FSM), questão sobre a qual o SPGL, por mandato da sua direcção, mantém a posição que defendeu no último Congresso da CGTP-IN, a saber: que a CGTP-IN deve filiar-se na Confederação Sindical Internacional - CSI. No encontro, que não contou com a presença formal da CGTP nem do secretário geral – por imposição da comissão executiva da central – interveio o ex-responsável pelas relações internacionais da CGTP-IN, Florival Lança, que

defendeu ter sido errado que a CGTP-IN não tivesse optado por ser uma das confederações fundadoras da CSI, acentuando que a CGTP-IN é a única das confederações integrantes da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) que se mantém à margem da CSI. Lança insistiu que a CSI é muito mais do que a fusão entre a CNT e a CISL, (de cuja fusão resultou a actual central) funcionando, de facto, como um espaço de unidade a que aderiram muitas das federações que integravam a anterior FSM, posta em cheque com o desaparecimento do “bloco de leste”. Entrevieram ainda Ulisses Garrido e Carlos Trindade, da Comissão Executiva da central. U. Garrido acentuou que, se é verdade que a CSI apresenta dificuldades, ela apresenta contudo muito mais virtualidades do que o “isolacionismo” da CGTP ou a sua eventual adesão à actual FSM, cuja ligação ao mundo do trabalho, nomeadamente na Europa, é residual.

A defesa dos trabalhadores portugueses, cuja emigração para a Europa se tem vindo a acentuar, faz-se com os sindicatos que na Europa representam, de facto, os trabalhadores – a CSI: esta foi a linha dominante da intervenção do dirigente da central do Luxemburgo (Eduardo Dias), corroborado por intervenções de António Chora (Autoeuropa), J. Pilo (pescadores) e outros.

O representante da DGB alemã, Konrad Klimbourg, acentuou que só uma maior coordenação internacional permitirá aos trabalhadores combater a política das multinacionais e responder à crise, que, segundo ele, está longe do fim - defendendo o direito ao trabalho e de quem trabalha.

Do SPGL, além da intervenção de A. Avelãs, a quem coube encerrar o Seminário, entrevistaram Óscar Soares, Carmelinda Pereira, M. Pereira dos Santos, Filomena Ventura e Ana Gaspar. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

AOS
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direccao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9143
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

●Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel.: 219212573 Fax: 219212559

●Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel.: 214563158 Fax: 214563157

E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt
●Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487

E-Mail: vilafranca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

●Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

●Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

●Torres Novas
Lg. José Lopes dos Santos,
Edif. Santa Isabel - 2º

2350-686 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

●Almada
Av. D. Nuno Álvares Pereira,
21 - 1º Esq
2800-179 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

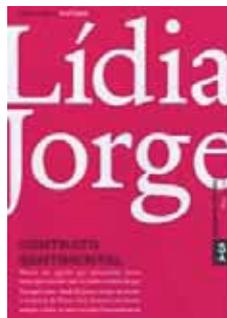


Departamento
de Cultura

A MINHA AVALIAÇÃO

A CULTURA do SPGL ocupará este espaço durante os próximos tempos com a descrição de opiniões sobre AVALIAÇÃO. Podemos ter aqui opiniões publicadas em livros, revistas ou jornais, mas também podemos ter curtas entrevistas, a quem queira participar num debate que está longe de ter terminado. A AVALIAÇÃO, tal qual ela aqui será compreendida, dirá respeito, como não poderia deixar de ser, à avaliação dos professores, de qualquer grau de ensino, e dirá respeito à avaliação em si, isto é, a esta necessidade que parece implantar-se cada vez mais, fenómeno dos nossos dias, de tudo avaliar e a todos, em qualquer momento. Interrogar o particular, mas também o geral, no que diz respeito à avaliação, e reflectir são os nossos objectivos.

Qualquer sugestão
deve ser enviada para
carloscastilho@spgl.pt



Hoje, damos a conhecer a posição de Lídia Jorge, expressa na sua mais recente obra, publicada há pouco, pela Sextante Editora. A autora, mais conhecida pela sua obra narrativa, aborda neste livro de ensaios uma série de temáticas identificadoras de Portugal e dos portugueses, desde a nossa identidade, passando, por exemplo, pela forma como nos relacionamos com a nossa língua, até aos problemas das nossas cidades e ao questionar de alguns dos nossos mitos.

A Avaliação na Opinião de Lídia Jorge

O capítulo da obra no qual Lídia Jorge aborda os problemas da educação intitula-se de 'Autonomia'. Não é nossa intenção apresentar aqui uma resensão crítica da obra, nem tão pouco descrever as ideias da autora a respeito da educação em Portugal. Que o nosso leitor vá por si, descubra todas as temáticas da obra, depois, talvez, de ler em primeiro lugar este capítulo terceiro, o que será, possivelmente, uma forma de continuar a reflexão que aqui se inicia. Importa, aqui, dar a palavra à autora, que não pretendemos, de modo algum, servir de mediadores entre ela e os nossos leitores.

No entanto, convém situar o trecho (páginas 51-53) sobre o qual recai a nossa reflexão. Lídia Jorge aponta algumas medidas tomadas recentemente na área educativa, «medidas importantes», nas palavras da autora. E acrescenta a seguir:

Assim seria de supor que todo este edifício de reformas assentasse numa linha de coerência, com garantia de alicerces sólidos para o futuro. Seria de admitir, por exemplo, que a este tipo de medidas correspondesse a necessária descentralização do sistema, a autonomização gradual das escolas, a desburocratização de procedimentos, a simplificação dos regimentos em favor do investimento da responsabilização pessoal, a dignificação da função dos professores como classe, a captação da força voluntária dos mais esforçados, a implantação de métodos de avaliação que se iniciassem por treinos de auto-avaliação, passando

gradualmente para processos de avaliação entre pares e conselhos criados, escola a escola, para o efeito. Pela criação de regras claras de promoção, evitando as arbitrariedades, contemplando a voz da experiência e da competência, tendo em conta a carreira integral dos professores. Seria natural. Um processo que tem em vista o aluno como único destinatário - quem mais do que o aluno, a não ser, colateralmente, aqueles que acompanham um processo de educação? - teria de ter criado regras simples de conduta dentro da escola, com reforço de autoridade dos agentes da educação, partindo do princípio de que, hoje em dia, uma aula, na sociedade actual, pode equivaler a um espaço destinado à gestão de toda a ordem de tensões e conflitualidades. Seria natural.

Mas, ao escolher-se exactamente o contrário - um sistema fortemente burocratizado, centralizado e policial sob o pretexto de garantir a mudança - criou-se um monstro de duas cabeças opostas que se vigiam entre si e se paralisam reciprocamente. A ideia que se tem é de que não foi a mesma equipa que criou as duas linhas de condução do processo. A deslocação, como nunca antes, da valorização dos actos educacionais para os actos de administração da educação, tende a aniquilar na prática o esforço da revolução didáctica e pedagógica que deveria estar a acontecer no terreno. Infelizmente, o futuro, que afinal tinha começado bem, ficou de novo incerto. Como foi possível?

Existe uma explicação, aquela que já se mencionou, e que advém do excesso de urgência que impende sobre a reforma deste sector vital para a transformação da sociedade, e tarde ou cedo o futuro encarregar-se-á de reparar os estragos. Como já foi dito, não estamos sozinhos. Mas este processo assusta, sobretudo, pelo pendor burocrático que de novo irrompeu, quando menos se supunha, onde menos falta fazia. Uma surpresa desagradável. Kafka definiu o burocrata como alguém que escreve um documento de dez mil palavras e lhe chama sumário. Hoje em dia, os sistemas de avaliação que pretendem tornar mensurável todos os recantos do subjectivo, que pretendem tudo medir e tudo somar, transpondo para números mesmo o que não é numerável, nem observável, transformaram-se numa batalha de sumariadores e de sofistas. Que se institucionalize no nosso país, na primeira década do século XXI, a adopção dos modelos mais matematizados que estão à disposição dos burocratas da educação universal significa que persistem no ar alguns sinais que anunciam que a mudança de destino avançou demasiado lentamente entre nós, o que é a forma camuflada de não deixar mudar. É a forma de alimentar, à distância no tempo, a base da pirâmide que continuará a representar o atraso, a violência e o resto que se sabe. (...)

Carlos Castilho Pais

Departamento de Professores e Educadores Aposentados



**Soeiro Pereira Gomes
Na Esteira da Liberdade
Os 100 anos do nascimento
do escritor no Museu
do Neo-Realismo**

Curadoria: Luísa Duarte Santos

Joaquim Soeiro Pereira Gomes (1909, Gestaçô – 1949, Lisboa) é um autor excepcional e uma personalidade incontornável na história da cultura e da resistência do século XX. Pioneiro e vulto maior do movimento neo-realista, empenhou a sua vida por uma causa. Enquanto escritor funde uma poética de olhar atento e compassivo, de uma certa interioridade, com uma perspectiva do realismo humanista de intervenção social, influência inicial presencista que se vai confrontando, e enformando, com a realidade crua e sofrida dos que lhe estavam próximos, e com eles acompanhando as mudanças de um estado injusto e repressor. De “vocaçô perdida”, Soeiro cumpriu a “estrada do seu destino” que escolheu cons-

ciente e generosamente. Assim viveu, assim morreu aos 40 anos. Do Douro ao Tejo, do mundo rural ao mundo industrial, do amor da família ao afecto aos seus ‘meninos’ e aos homens, dos sonhos adolescentes aos convictos ideais, Soeiro sempre preservou os valores da justiça e da liberdade. Defendendo-os nas ideias e nas acçôes, fosse nas actividades cívicas ou militantes, ou no labor literário, na dinamizaçô social e cultural de âmbito local ou na luta pela transformaçô social, nos contos ou nos romances que escrevia; porque a sua vida e a sua escrita formavam uma unidade, na essencialidade do ser humano.

Programa:

- 26 Novembro Preço: 32,50**
- 09h00** – Partida de Sete-Rios, frente ao Jardim Zoológico.
- 10h00** - Visita guiada à Exposiçô (Museu do Neo-Realismo; Vila-Franca-de-Xira).
- 12h30** - Almoço/Convívio (Restaurante “Voltar ao Cais” em Alhandra).
- 14h30** - Percurso pedestre no Centro Histórico de Alhandra, com passagem por alguns

lugares emblemáticos da Vila incluindo a casa onde viveu o escritor. (Visita guiada).
17h00 - Regresso a Lisboa

Restaurante “Voltar ao Cais”

Um espaço onde o moderno tem um sabor tradicional. De frente para o Tejo, que atravessa as portas envidraçadas do restaurante, em plena zona ribeirinha de Alhandra, o restaurante “Voltar ao Cais” propôe-se a isso mesmo. Voltar à comida tradicional (com uma pitada qb de criatividade), voltar aos tempos em que o cais 14 era um dos mais importantes portos de comércio. Nasceu em Agosto de 2007 de uma antigo armazém de arroz (que também terá sido armazém de vinhos). Desses tempos, guarda o tecto de largas vigas de madeira antiga e as fotografias de época, ainda a preto e branco. Sobre as paredes, passou um pincel, e elas ficaram vermelho-rubi. Para fazer entrar uma lufada de ar fresco e trazer um bocadinho do século XXI para o interior do espaço...



**CASA DAS HISTÓRIAS
PAULA REGO**

Localizaçô:
Av. da República, nº 300
2750-475 Cascais

9 de Dezembro

15h00 - Visita Guiada ao Edifício e à Exposiçô.
Inscriçô gratuita
Nº limitado de inscriçôes - 25 pessoas
Encontro na entrada do Museu - 14h 45m (há autocarro público – BUSCAS na Estaçô de Cascais)

A Casa das Histórias Paula Rego abriu portas a 18 de Setembro de 2009. Um museu constituído por duas pirâmides altas cor de tijolo, da autoria do arquitecto Eduardo Souto de Moura. Um edifício marcante que acolhe 257 exemplares de Paula Rego, desde gravuras, serigrafias e litografias. O percurso expositivo encontra-se organizado a partir de critérios cronológicos que cruzam temáticas e técnicas em salas sequenciais. A pintora de narrativas conta histórias através da sua obra. Um espaço cosmopolita e descontraído, rodeado por um frondoso jardim com esplanada, um auditório com cerca de duzentos lugares e uma loja-livraria com merchandising e objectos inspirados na obra de Paula Rego.

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Ficha de Inscriçô

Assinale com X a(s) acçô(ões) pretendida(s)

Comemoraçô do centenário de Soeiro Pereira Gomes – 26 de Novembro

Visita guiada à Casa das Histórias Paula Rego – 9 de Dezembro

Nome _____ idade _____ Nº de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C.Postal _____ - _____ Telm. _____ E-mail- _____

Acompanhante: _____

Pagamento: Cheque nº _____ do Banco _____

no valor total de _____ Euros

Nota: A ficha de inscriçô deverá ser entregue, acompanhada do respectivo pagamento, até ao dia 23 de Novembro, na sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ou nas delegaçôes regionais, ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

Legislação

• **Dec-Lei 212/09, 3/09**

Estabelece o regime de contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º Ciclo nos agrupamentos de escolas da rede pública.

• **Dec- Lei 220/09, 8/09**

Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios de habilitação não abrangidos pelo DL 43/07 de 22 de Fevereiro.

• **Dec-Lei 238/09, 16/09**

Estabelece ajustamentos procedimentais relativos a entrega de requerimentos para aposentação e determina a revisão oficiosa com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008, para actualização do factor de tempo de serviço, de pensões aposentação voluntária não dependente de incapacidade.

• **Dec-Lei 242/09, 16/09**

Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação de robustez física e do perfil psíquico para o exercício de funções profissionais públicas ou privadas.

• **Dec-Lei 270/09, 30/09**

Procede à nona alteração do ECD, à terceira alteração ao D.L. 20/06 e primeira alteração ao D.L. 104/08.

• **Despacho 210/09, 18/09**

Reconhecimento das acções de formação contínua em educação e formação de adultos por coordenadores e formadores dos centros de Novas Oportunidades no âmbito do ECD.

• **Despacho 21666/09, 28/09**

Define as regras da realização do período probatório previsto no ECD.

• **Lei 105/09, 14/09**

Regulamenta e altera o código do Trabalho aprovado pela Lei 7/09, ????

• **Lei 98/09, 4/09**

Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais.

• **Dec. Regulamentar 27/09, 6/10**

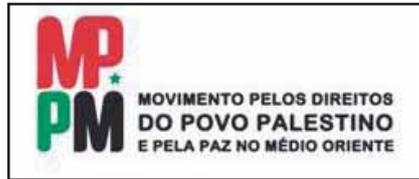
Procede à 1ª alteração do D. Reg. que estabelece o regime de prova de avaliação de conhecimentos e competências previstos no artº 22º do ECD.

• **Despacho 22238/09, 7/10**

Aprovação do regulamento da Prova do Domínio perfeito da Língua Portuguesa.

• **Portaria 1262/09, 15/10**

Cria os cursos de portugueses para falantes de outras Línguas, assim como as regras a que obedece a sua leccionação e certificação.



Inscrições para o Concurso “PAZ PARA A PALESTINA” promovido pelo MPPM e destinado aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

O MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – promove um Concurso, destinado aos estudantes dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, subordinado ao tema “Paz para a Palestina”. As inscrições, através do *site* do MPPM (www.mppm-palestina.org), estão abertas até **18 de Dezembro de 2009**.

O Concurso visa promover nos jovens o melhor conhecimento da questão palestina e estimular a criação ou fortalecimento de laços de cooperação e

solidariedade entre escolas portuguesas e palestinianas.

São admitidos a concurso trabalhos nas seguintes categorias:

- Produção Escrita (ficção, ensaio, poesia, dramaturgia, jornalismo);
- Artes Plásticas (desenho, escultura, pintura, cerâmica);
- Artes Performativas (teatro, música, dança);
- Vídeo e Multimédia;

Os trabalhos deverão ser enviados ao MPPM até 16 de Abril de 2010, sendo os prémios entregues em cerimónia a realizar no dia 15 de Maio de 2010,

assinando o 62º aniversário da “Nakba”.

Este Concurso, cujo Regulamento pode ser consultado no *site* do MPPM, tem o alto patrocínio da Delegação-Geral da Palestina em Portugal.

Contactos:

MPPM – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE
Rua Silva Carvalho, 184 – 1º Dtº |
1250-258 Lisboa | Portugal
Tel. (+351) 213 889 076 | Fax (+351) 213 889 136 | NIPC: 508267030
mppm.palestina@gmail.com |
www.mppm-palestina.org

Conferência internacional Creditação de qualificações não formais no Ensino Superior

“Creditação de qualificações não formais no Ensino Superior” é o tema da conferência internacional que se realiza dia **25 de Novembro no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa**. O painel de abertura conta com as intervenções de António Nóvoa, reitor da Universidade de Lisboa, e de Pedro Lourtie, do IST.

“A creditação das qualificações e a formação ao longo da vida: o papel das instituições de ensino superior” e “A creditação das aprendizagens não formais e informais no ensino superior. Problemas e perspectivas” serão os temas abordados no quadro da Conferência. No painel sobre experiências de creditação em instituições de ensino superior, são apre-

sentadas as experiências das Universidades de Lisboa, Liege e Bradford.

O encerramento dos trabalhos está a cargo do vice-reitor António Vasconcelos Tavares.

O Programa completo da Conferência está disponível no site do SPGL



Teatro Comuna Sábados e Domingos às 11H00

Informação e reservas:

21 421797 ou 963958551
omeninoeimperador.blogspot.com
Durante a semana, para **escolas** (com marcação)

“O Menino e o Imperador” é um texto original de Heitor Lourenço, inspirado num conto tradicional chinês e retirado do seu livro “Histórias da Dona Esperança”, editado recentemente pela Editora Plátano,

que nasceu de um projecto de solidariedade social e pretende abranger e sensibilizar toda a população infantil, bem como os educadores e respectivas famílias.

Trata-se de uma encantadora história interpretada por Heitor Lourenço, acompanhado por três músicos, proporcionando 45 minutos de música ao vivo com muita imaginação! Acreditamos que a forte vertente pedagógica transmite uma importante mensagem que pode servir de mote para futuras actividades e reflexões.

Progressão na Carreira do Pessoal Docente com a Categoria de Professor

1 • A última alteração do Estatuto da Carreira Docente, ocorrida através do D.L. nº 270/2009, de 30 de Setembro teve, entre outras matérias, repercussões ao nível da progressão na carreira do pessoal docente com a categoria de professor.

Com efeito, de acordo com a alínea a) do artº 37º do ECD na redacção que lhe foi dada pelo D.L. nº 15/07, de 19 de Janeiro, o direito à progressão ao escalão seguinte da categoria dependia, entre outras circunstâncias que se mantiveram inalteradas, da "...permanência de um período mínimo de serviço docente efectivo no escalão imediatamente anterior, com pelo menos, dois períodos de avaliação de desempenho em que seja atribuída a menção qualitativa mínima de Bom".

O citado Decreto-Lei nº 270/2009 veio, entretanto, introduzir uma excepção ao citado preceito legal, no que respeita aos 5º e 6º escalões da categoria de professor, passando agora a exigir, para os referidos efeitos, respectivamente um e três períodos de avaliação (cfr. actual nº 3 do artigo 37º do ECD). Por sua vez, o nº 4 do mesmo preceito legal do ECD na sua anterior redacção estabelecia que os módulos de tempo de serviço docente nos escalões da categoria em questão tinham a seguinte duração: "a) Professor – cinco anos, excepto nos 4º e 5º escalões, cuja duração é de quatro anos".

Com as alterações introduzidas pelo mesmo Dec-Lei nº 270/2004 esta matéria passou a estar regulada no nº 5 do mesmo artº 37º, mas com as seguintes alterações:

- O 1º a 4º escalões – têm a duração de quatro anos.
- O 5º escalão – tem a duração de dois anos.
- O 6º escalão – tem a duração de seis anos.

Finalmente e ainda no que respeita ao mesmo preceito legal do ECD, foi introduzido um novo nº 8 que veio especificar como é que se opera a progressão ao escalão seguinte da carreira. De acordo com este, tal momento ocorre na data em que o docente perfaz o tempo de serviço no escalão, uma vez cumpridos todos os requisitos legalmente exigidos referentes à avaliação de desempenho e de frequência de módulos de formação contínua os quais, no período de avaliação, correspondem em média, a 25 horas anuais. Para além disso, o mesmo preceito legal vem reafirmar aquilo que já se encontrava plasmado no anterior nº 7 do artº 37º do ECD ao determinar que o direito à remuneração correspondente ao escalão para o qual o docente progride é devido a partir do primeiro dia do mês subsequente àquele em que o mesmo reúne as condições para progredir e reporta-se também a essa mesma data.

2 • Tendo em conta que a formação contínua é uma matéria que se encontra totalmente associada à questão da progressão na carreira do pessoal docente, (independentemente da categoria que detém), aproveito ainda para dar a conhecer a alteração introduzida, pelo mesmo Dec-Lei nº 270/09, ao artº 16º do ECD que regula esta matéria. De acordo com a sua nova redacção, a formação contínua é realizada, de acordo com os planos de formação elaborados pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tendo em consideração o diagnóstico das necessidades de formação dos respectivos docentes **devendo ser considerada** na frequência das respectivas acções, toda a formação da iniciativa do docente que possa contribuir para o seu desenvolvimento profissional.